

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA**

Denise do Nascimento Santos

**Baú de Capulanas: utilização da capulana na construção de um material didático sobre
o feminino em Moçambique**

JUIZ DE FORA
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SANTOS, Denise do Nascimento .

Baú de Capulanas : utilização da capulana na construção de um material didático sobre o feminino em Moçambique / Denise do Nascimento SANTOS. -- .

88 f.

Orientador: Luiz Henrique PASSADOR

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em História da África, .

1. Moçambique. 2. Capulanas. 3. Mulher moçambicana. 4. Gênero. I. PASSADOR, Luiz Henrique , orient. II. Título.

DENISE DO NASCIMENTO SANTOS

Baú de Capulanas: utilização da capulana na construção de um material didático sobre o feminino em Moçambique

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a Pós-Graduação em História da África.

Orientador: Luiz Henrique Passador

JUIZ DE FORA
2017

DENISE DO NASCIMENTO SANTOS

Baú de Capulanas: utilização da capulana na construção de um material didático sobre o feminino em Moçambique

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a Pós-Graduação em História da África.

Data de aprovação_____

Assinatura Professor/a componente da Banca Examinadora

Assinatura Professor/a componente da Banca Examinadora

JUIZ DE FORA
2017

Uma chama não perde nada ao acender outra chama (Provérbio Africano).

À coordenação do curso de Pós-Graduação em História da África, ao orientador Professor Luiz Henrique Passador, às professoras e aos professores, às amigas e amigos pelos dias de conhecimentos, desconstruções, gargalhadas e descobertas, minha gratidão.

Moçambique

Quando me sento descalça
sobre o sapato do menino pobre
que me enche o pé
muito mais que outro qualquer
me lembro que existir
não é sozinha
é com toda gente.

E me lembro
que tenho de embebedar-me de ti

Moçambique

Porque tenho saudades de mim

Tânia Tomé

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de construir um material didático a partir da capulana, tida como um símbolo do universo feminino em Moçambique. O trabalho analisará a história das capulanas em Moçambique, por meio da participação da mulher moçambicana no processo histórico do país. O material didático produzido tem a finalidade de discutir e refletir sobre gênero em África, além de apresentar a diversidade africana por meio do contexto nacional moçambicano.

Palavras-chave: Moçambique. Capulanas. Mulher moçambicana. Gênero.

ABSTRACT

This Conclusion of Course Work has the objective of construct a didactic material from the capulana, considered as a symbol of the feminine universe in Mozambique. The work will analyze the history of the capulanas in Mozambique, through the participation of the Mozambican woman in the historical process of the country. The didactic material produced has the purpose of to discuss and to reflect on gender in Africa, besides to present African diversity through the Mozambican national context.

Key-words: Mozambique. Capulanas. Mozambican woman. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Capulana de Josina Machel e Samora Machel.....	20
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FIOS DE CAPULANA: COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE.....	11
2.1 Tecendo o comércio no Oceano Índico.....	11
2.2 Nas tramas da colonização portuguesa em Moçambique: “indígenas”, trabalho forçado e capulanas.....	13
2.3 Mulheres, capulanas e colonização portuguesa	14
2.3.1 Capulanas: origens.....	14
2.3.2 Mulheres e colonização.....	15
3 MULHERES E CAPULANAS NO MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE.....	18
3.1 Capulanas nas lutas pela Independência.....	19
4. NAS DOBRAS DA CAPULANA.....	21
5 MATERIAL DIDÁTICO: KURINZELA E SUA CAPULANA ENCANTADA.....	26
6 UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO: KURINZELA E SUA CAPULANA ENCANTADA.....	32
6.1 Propostas de Atividades com o material didático “Kurinzela e sua capulana encantada”.....	32
6.1.1 Atividade com o Livro “Kurinzela e sua Capulana Encantada”.....	32
6.1.2 Atividade com o curta-metragem <i>Phatyma</i>	33
7 CONCLUSÃO.....	36
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de dar subsídios teóricos para a elaboração de um material didático baseado nas capulanas. A capulana é um símbolo do universo feminino em Moçambique. É possível, ver por entre as tramas e fios das capulanas, a participação e as dinâmicas empreendidas por mulheres moçambicanas na história deste tecido no país.

Logo, estudar a história das capulanas é olhar para a diversidade feminina de uma parte do continente africano, de maneira a perceber como as mulheres moçambicanas estiveram presentes e atuantes na construção de um símbolo cultural nacional. Além disso, e interligado aos estudos de gênero pós-coloniais, torna-se possível refletir sobre as relações de gênero e suas intersecções em território moçambicano.

Por outro lado, este Trabalho tem a finalidade de ser um caminho para a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no Brasil, contribuindo para a desconstrução do imaginário – homogeneizador e desumanizante – em torno de africanas e africanos.

2 FIOS DE CAPULANA: COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

O presente capítulo tem a finalidade de entrelaçar partes da história de Moçambique, ligadas ao período pré-colonial, colonial e da Independência moçambicana com a construção das capulanas como símbolo do universo feminino.

2.1 Tecendo o comércio no Oceano Índico

Os tecidos africanos fazem parte de dinâmicas comerciais e, sobretudo, culturais que, a despeito do suposto isolamento do continente africano até a chegada dos colonizadores europeus, são elementos relevantes para a análise das relações culturais entre continentes. As transações comerciais por meio do Oceano Índico revelam as negociações, tensões, resignificações e apropriações das populações da Costa Oriental africana, questionando sob novas perspectivas, um certo imaginário que pressupunha o continente africano como um espaço inóspito, incomunicável, primitivo e dependente da iniciativa europeia para inserir-se em sistemas econômicos internacionais a partir do colonialismo.

As culturas e populações africanas constituíram-se, sob a visão eurocêntrica, em uma inversão dos tipos humanos e tradições europeias (MUDIMBE, 2013). A construção de um conjunto de imagens e estereótipos sobre o continente africano e suas populações decorre de interpretações bíblicas, bem como de teorias e ideias embasadas pela ciência e pelo campo jurídico ocidentais, que legitimaram a institucionalização do racismo enquanto ideologia e estrutura de poder a partir da Europa, fundamentando a administração colonial que se consolida a partir do século XIX. Para Silveira,

o racismo não foi apenas a falta de conhecimento, de discernimento, de solidariedade, ele não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve um cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da ciência (1999, p. 89).

O comércio de têxteis na Costa Oriental africana iniciou-se provavelmente com árabes e indianos. Para Masao e Mutoro (2010), a presença árabe no comércio decorre do surgimento do Islamismo a partir do século VII. Para Silva,

na África Oriental ocupavam-se do comércio nas extensões da costa entre Mogadíscio e Sofala, tendo como principais mercadorias os tecidos de algodão branco e multicores trazidos da Índia. Tecidos e outras mercadorias como miçangas e ágata eram trocados por marfim, ouro, escravos, âmbar, cauri, entre outros. Esse domínio árabe do Índico durou até 1497 (2008, p. 82).

A presença indiana na parte oriental africana, também seria anterior à chegada dos

portugueses ao território que hoje é Moçambique em 1498. Mercadores asiáticos estabeleceram comércio no litoral da costa Índica de maneira progressiva entre os séculos IX e XIII (SILVA, 2008). Os indianos seriam os pioneiros no comércio de tecidos de algodão na costa oriental.

Apesar da grande importação de tecidos árabes e indianos, o cultivo do algodão e a tecelagem eram encontrados por volta do século X na região sul de Moçambique (DEVISSE e VANSINA, 2010). Além disso, a presença de diversas populações de outros continentes denota a formação multicultural e multirracial¹ dos povos africanos dessa região e, no caso específico que é foco deste TCC, do atual Moçambique. No entanto, para o período colonial a diversidade cultural e racial moçambicana será relevante para determinar hierarquizações raciais responsáveis por gerar segregações em diversos âmbitos dessa sociedade.

Em 1498, Vasco da Gama chega à costa oriental africana na região do atual Moçambique. A partir daí, e surpresos com o intenso comércio de diversos produtos, são estabelecidas relações comerciais entre Portugal e o oriente africano banhado pelo Índico. Até o século XVIII a região de Moçambique seria vista pelos portugueses como ponto de apoio para as viagens a Índia (CABAÇO, 2007).

Em relação ao comércio de tecidos em Moçambique, Barnes (2005, apud SILVA 2008, p. 80) afirma que os primeiros europeus quando chegaram a região do Oceano Índico em busca de especiarias e aromáticos, e intencionados em dominar o lucrativo comércio da região, descobriram que os têxteis eram os itens predominantes de troca, assumindo o papel de moeda internacional.

Sobre o comércio da cidade de Sofala, localizada na atual região Centro de Moçambique e famosa pela quantidade de ouro e marfim comercializada com outros países, Costa e Silva (2011) relata que em 1517 o marfim pagava os tecidos importados da Índia. O relato torna-se mais um indício da importância dos tecidos importados no comércio e na construção desses elementos como símbolos da história e da cultura moçambicanas.

¹Raça neste artigo é tida como afirma Hall (2003: 69) numa categoria discursiva e não biológica, ou seja, uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

2.2 Nas tramas da colonização portuguesa em Moçambique: “indígenas”, trabalho forçado e capulanas

Foi na segunda metade do século XIX, que algumas nações europeias iriam partilhar o continente africano através do estabelecimento de fronteiras coloniais, as quais viriam a se transformar nas fronteiras nacionais após as independências africanas, empreendendo de forma efetiva a sua dominação. Em 1876, o Rei Leopold II da Bélgica convoca a Conferência Geográfica de Bruxelas que de acordo com Uzoigwe (2010) teria iniciado o processo de partilha do continente. A partir desta Conferência, Portugal iniciou uma série de expedições cujo resultado foi a anexação de propriedades rurais em Moçambique. De 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885 ocorreu a Conferência de Berlim, na qual a expansão imperialista foi ratificada e as Áfricas definitivamente partilhadas. De acordo com Uzoigwe,

a conferência, que, inicialmente, não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as “regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas”. Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas (2010, p. 33).

A iniciativa colonial portuguesa em Moçambique utilizou-se, como em outras colônias, do imaginário e dos estereótipos sobre os/as africanos/as, principais bases do racismo, para explicar a dominação das populações.

O auge do racismo científico no século XIX foi fundamental para a visão de que as populações africanas deveriam ser geridas por estados e povos definidos como superiores. Para Silveira (1999, p. 115) “as diferenças raciais serviram de objeto de experimentação em prestigiosas instituições científicas com objetivos geopolíticos previamente fixados”. A hierarquização racial criada pelas teorias racialistas, foi fundamental para caracterizar os indivíduos africanos como inferiores em relação aos europeus e atestar a suposta capacidade conquistadora destes. As Áfricas seriam, a partir deste ponto de vista, um todo homogêneo caracterizado por populações infantis, preguiçosas, violentas, o Outro de uma Europa Ocidental civilizada e civilizadora. As relações de poder são então embasadas nas diferenças raciais – determinadas biologicamente – para legitimar o domínio econômico e político das sociedades africanas.

A organização colonial pode ser entendida a partir de três hipóteses: o domínio do espaço físico, a reforma das mentes nativas e a integração da economia local segundo uma perspectiva ocidental (MUDIMBE 2013, p. 16). Logo, a conquista militar de territórios, a

supressão de líderes de Estados africanos, o trabalho forçado (*chibalo*²), a expropriação de terras, a imposição de impostos (como o imposto da *palhota*³), a educação proposta pelas missões católicas, entre outros, foram ações responsáveis pela expansão e manutenção do sistema colonial português em Moçambique. Além disso, possibilitaram o acúmulo de capital para o desenvolvimento do capitalismo português.

Leis e decretos foram criados para regulamentar o cotidiano e o estatuto civil de africanos/as dentro do território de Moçambique, gerando diferenciações raciais e civis entre indivíduos portugueses, africanos e mestiços. O decreto de 27 de setembro de 1894 definia como “indígena” as pessoas nascidas nas colônias, com pai e mãe “indígena” e costumes comuns de sua raça (THOMAZ, 2012). Portanto, o racismo colonial, organizado juridicamente, definiu a maior parte da população negra africana como “indígena”, sendo a ela então dirigida obrigações e punições por meio de trabalhos públicos (FANON, 2008).

O trabalho forçado em Moçambique no período colonial, chamado de *chibalo*, apresentou-se como uma realidade inerente às práticas coloniais portuguesas permeando todas as esferas relacionadas aos “indígenas” em Moçambique. O *chibalo* foi uma maneira de compensar a proibição da mão de obra escravizada por meio do trabalho compulsório, criando o contingente de trabalhadores necessários para o desenvolvimento do capitalismo colonial português. Por outro lado, o trabalho forçado esteve associado à ideia de educação e disciplina pelo trabalho, tendo em vista que este seria uma das formas de combater a preguiça, a indolência e civilizar o “indígena” (ZAMPARONI, 2012).

2.3 Mulheres, capulanas e colonização portuguesa

Este capítulo irá analisar a presença da mulher moçambicana no período colonial e a presença da capulana na trajetória desta.

2.3.1 Capulanas: origens

Embora os dados apresentados mostrem que o comércio de tecidos feito por árabes e indianos já era uma realidade na costa oriental africana, alguns/as autores/as atribuem ao século XIX o uso de capulanas no modo de vestir das mulheres moçambicanas.

²Trabalho sub-remunerado, cujos trabalhadores eram recrutados forçosamente.

³ Imposto sobre as habitações, chamadas de palhotas. Podia ser pago em dinheiro ou gêneros alimentícios.

As pesquisas de Torcato e Rolletta (2004) evidenciam que os tecidos indianos coloridos atraíam mulheres que pediam aos mercadores para cortá-los em seis quadrados de 3x2. A preferência por um determinado comprimento dos panos gerou uma nova maneira de comercializar um produto secular em território africano, ou seja, uma nova oportunidade de mercado é gerada no sistema capitalista daquela região, a partir de determinantes definidos pelas demandas locais. Além disso, a apropriação sobre os tecidos importados deu novo significado a um produto com padronagem, cores e desenhos baseados na cultura de outro continente. Desse modo, outros significados foram construídos com a contextualização do uso dos tecidos indianos em Moçambique, (re) elaborando a cultura material (SILVA, 2008).

Entre tantas hipóteses, este dado ainda revela a capacidade de negociação com outras culturas das mulheres africanas e sua presença e atuação nesse espaço econômico. Outro aspecto é o debate que atribui as Áfricas o lugar da “tradição” – esta entendida pelo eurocentrismo como contraponto a modernidade –, já que as conexões intercontinentais jogam por terra o suposto isolamento de territórios africanos.

Possivelmente, a nomeação do tecido como capulana – originário do tronco linguístico Banto – também estaria atribuída ao século XIX. O nome procederia de famosas feiras periódicas realizadas nas terras do chefe tradicional Pulana Mpfumo no século XIX, situadas atualmente na cidade de Maputo. Logo, ao se deslocarem para comprar, as pessoas diziam *ni a ka-Pulana* no idioma Ronga, que significa “vou às terras do Pulana”, motivo pelo qual os tecidos, muito vendidos nas feiras, teriam adquirido esse nome (KRAVEIRINYA, 2013).

2.3.2 Mulheres e colonização

A divisão sexual do trabalho foi em certa medida modificada para que a economia colonial fosse atendida. Dessa forma, para determinadas populações de Moçambique onde as mulheres desempenhavam funções domésticas, na agricultura ou na produção de bens utilitários ou artesanais, e os homens desempenhavam atividades relacionadas à caça, pecuária, limpeza e preparação do solo para o cultivo, houve adaptações à nova ordem social e econômica, na qual outras formas de trabalho foram resignificadas ou criadas.

Em relação ao trabalho, até o início do século XX procurou-se conter o trabalho feminino, pois a produção agrícola familiar permitia à Metrópole eximir-se da responsabilidade social em relação aos trabalhadores emigrantes contratados, velhos, crianças ou famílias nas quais os membros estavam inseridos no trabalho forçado (ZAMPARONI, 2012).

No entanto, uma nova realidade passa a ser criada com a imposição de impostos e do trabalho forçado. Em 1924, o imposto da *palhota* instituído para cobrança por unidade habitacional, passou a ser cobrado independente do indivíduo ter habitação. Já em 1938, houve a legalização e extensão do imposto por pessoa a todas as mulheres de 18 a 60 anos. A medida implicava no pagamento da taxa por pais e maridos. Além de onerar ainda mais os grupos familiares, o imposto obrigava a busca de novas fontes de renda como a prostituição, ou aquelas que não conseguiam pagar eram aprisionadas e submetidas ao trabalho forçado em obras públicas ou privadas até o pagamento das dívidas. Segundo Zamparoni,

quando presas, mulheres jovens, velhas e mesmo aquelas em adiantado estado de gravidez, eram obrigadas a lavar e a engomar roupas dos soldados ou a trabalhar semanas inteiras, de sol a sol, gratuitamente e com alimentação às suas expensas, nas machambas dos régulos ou dos administradores coloniais, pondo em risco suas vidas e a de seus filhos, conforme se denunciava nas páginas de O Africano: “Há dias uma desgraçada teve um aborto, parece, devido aos trabalhos forçados e poucos dias depois do aborto, morreu. Muitas crianças têm morrido porque, parece, sendo as mães condenadas a trabalhos forçados trazem-nas a todo rigor do tempo sem resguardo, sem cuidado” (OA, 13/12/1913) (2012, p. 143).

Muitas mulheres empregadas em obras públicas, como a construção de estradas, não eram pagas por seu trabalho ou recebiam quantias irrisórias em relação aos já baixos salários pagos aos homens. Na província de Manhiça em 1928, o Director dos Serviços de Administração Política e Civil, propôs a inserção de mulheres na construção de estradas, as quais receberiam como pagamento capulanas ou panos e uma quantidade de sal por semana, pois assim, de acordo com o diretor não gastariam o dinheiro em bebedeiras (ZAMPARONI 2012).

Em relação à educação, restrita e ligada às missões católicas, havia entre alguns colonizadores e a burguesia negra e mulata de Lourenço Marques (nome colonial da atual cidade de Maputo, capital de Moçambique) a ideia de que a mulher seria o pilar de transformação da sociedade africana. A partir da educação feminina, o combate a elementos culturais e sociais considerados bárbaros, como o *lobolo*⁴, poderiam ser combatidos de forma mais eficaz, concorrendo para a “libertação” das mulheres moçambicanas e persuadindo-as a aprender os costumes femininos europeus considerados modernos (ZAMPARONI, 1999).

Possivelmente, a relevância da educação feminina está ligada aos estereótipos em torno das mulheres africanas criados pelo racismo científico. Este caracterizou “a mulher

⁴Lobolo ou lovolo segundo Bagnol (2008, p. 251-252) é, na região sul de Moçambique, o termo usado para referir ao casamento costumeiro, bem como os presentes que a parentela do noivo oferece à parentela da noiva. Configura-se em um ritual feito aos antepassados para evitar a violência, as doenças e os problemas de várias ordens, colocando assim o ritual no sistema religioso.

africana” como lasciva, hipersexualizada e irresponsável. No entanto, a regeneração da “mulher africana” por meio da educação, do aprendizado e do modo de ser e estar no mundo europeu, guardava a subjugação de mulheres “indígenas” para as quais os ensinamentos de como cozinhar, passar, cuidar dos filhos, por exemplo, serviriam para compor uma classe de trabalhadoras domésticas a serviço dos colonizadores. A “libertação” das moçambicanas alinhava-as ao modelo de mulher europeia, mas não permitia o questionamento das desigualdades entre homens e mulheres na Europa e em Moçambique (ZAMPARONI, 2012).

As mulheres foram submetidas, em algumas circunstâncias, às mesmas práticas de controle e violência atribuídas aos homens. Contudo, a violência sexual como prática utilizada para dominar e desumanizar mulheres torna-se um ponto diferencial nos aparatos de dominação colonial. Uma mulher violada sexualmente, dentro de determinadas sociedades, pode romper o conjunto de símbolos e significados destas. Desse modo, o estupro pode ser entendido como uma arma de dominação, de repressão, cujo objetivo oculto é aniquilar o desejo de mulheres colonizadas de resistir e, nesse processo, desmoralizar e despotencializar seus futuros ou atuais companheiros, filhos ou pais (DAVIS, 2016).

3. MULHERES E CAPULANAS NO MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE

Proclamada em 25 de junho de 1975, a Independência de Moçambique é o resultado de resistências e lutas contra o sistema colonial. A guerra pela libertação é realizada pela Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) criada em 25 de junho de 1962 e tem origem na fusão entre os grupos nacionalistas: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) formada na Rodésia (atual Zimbábwe); MANU (Mozambique African National Union), fundada em Tangânica (atual Tanzânia) e a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) originada em Niassalândia (atual Malaui).

As mulheres moçambicanas exerceram uma intensa participação na luta armada e na organização política da FRELIMO.

Na visão da FRELIMO, a independência moçambicana requeria a participação de toda a população para combater a dominação colonial e construir a nação. Por isso, chamar as mulheres à luta de libertação, configurava-se em um projeto político nacionalista que visava também à emancipação feminina frente às alegadas opressões geradas por práticas culturais ditas tradicionais, como o *lobolo* ou os ritos de iniciação – inscritas na lógica mais ampla da FRELIMO de combate ao “obscurantismo” e ao “tribalismo”. O processo revolucionário da FRELIMO estava atrelado à estruturação do socialismo, pois as diversas opressões seriam resultantes da exploração de classe (SANTANA, 2009).

Em 1965, surge o Destacamento Feminino do exército de libertação nacional, cuja criação surgiu da reivindicação de mulheres camponesas interessadas no treinamento militar. Já em 1966, a FRELIMO passa a aceitar mulheres em seus exércitos. Josina Machel, uma das principais figuras femininas da FRELIMO destacava a importância das mulheres na luta armada e principalmente como sujeitos políticos importantes na conscientização e captação de outras mulheres para o processo de independência (SANTANA, 2009).

Em 1973, a FRELIMO criou a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), com o objetivo de conquistar a emancipação feminina. Entre as críticas a organização está a que associa sua criação a uma forma de controle sobre a autonomia adquirida pelas mulheres do Destacamento Feminino. A OMM, também distanciava-se da ideologia feminista internacional, considerada pela FRELIMO como burguesa e relacionada a mulheres “liberadas” (PINHO, 2012).

3.1 Capulanas nas lutas pela Independência

A capulana foi utilizada na luta de libertação por guerrilheiras e militantes, sendo tomada após a independência de Moçambique como símbolo do país. Possivelmente, foi um dos símbolos utilizados para delinear a cultura e identidade nacionais. Os símbolos nacionais moçambicanos, em um contexto de diversidade etnolinguística e racial, estão baseados no projeto de reordenamento identitário e construção da unidade nacional, proposto pela FRELIMO, enquanto partido único após a Independência. Essa diretriz preconizava o fim do racismo, dos regionalismos e das diferenças entre sociedades, as quais seriam armas utilizadas pelo colonialismo para impedir a união e a reação de populações colonizadas (PAREDES, 2014).

Por outro lado, construir símbolos nacionais é de certa maneira subverter o lugar marginal dado à arte e à cultura dos diversos grupos etnolinguísticos moçambicanos, durante o período colonial. No livro *Raças, Usos e Costumes Indígenas - Fauna Moçambicana* de 1929, José dos Santos Rufino descreve a indumentária de algumas mulheres moçambicanas da seguinte forma:

As mulheres, além da tatuagem que costumam gravar no baixo ventre e no alto das coxas, para-bem-parecer e como adorno e arte de captivar, que Afrodite esqueceu, enfeitam-se com missangas de vários colorido, enfiadas em cordéis; cobrem os braços do pulso ao cotovelo. Com anilhas de latão, ininterruptamente, o mesmo usando nas pernas, do tornozelo ao joelho. Ponham nestas palavras, seus olhos cansados de ver as damas dos meios civilizados: lembrem-se das <<escravas>> de ouro – cópia da pulseira indígena! E <<esqueçam-se>> de que as <<escravas>>... da moda, são elas próprias (RUFINO 1929, p. V).

A transformação da cultura material de um povo em meros objetos exóticos sem significado, descontextualizados de sua realidade, como explicita Rufino no trecho citado, foi uma estratégia relevante para a dominação colonial, a violência simbólica e subjetiva, capaz de engendrar a desumanização e a necessidade de adequação do colonizado aos modelos civilizatórios do colonizador.

Após a independência de Moçambique o uso de capulanas com o retrato do primeiro presidente, Samora Machel, e dos símbolos da República foi desencorajada por meio de uma diretiva oficial a fim de impedir a vulgarização destas imagens (TORCATO, 2004). Contudo, capulanas comemorativas com a imagem de Samora Machel e sua esposa Josina Machel foram confeccionadas. Esta capulana pode ser usada como exemplo das representações femininas dentro do ideário da FRELIMO: uma posição secundária é dada a mulher, a de companheira guerrilheira, mesmo sendo uma figura de destaque como Josina Machel. Segundo Silva (2008), em geral, as capulanas que representam o universo feminino estão

relacionadas à educação, saúde, maternidade, trabalho ou a figuras públicas como esposas de políticos, ou seja, os temas orbitam em torno de um universo feminino definido pelo espaço doméstico em que as mulheres são reconhecidas como mães, esposas e trabalhadoras.

Figura 01: Capulana de Josina Machel e Samora Machel



Fonte: SILVA, Luciane. **Trilhas e tramas**: percursos insuspeitos dos tecidos industrializados do continente africano, a experiência da África oriental. 2008, p. 93.

Para Casimiro (2015), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi até 1989, a única organização de mulheres com implantação nacional. A década 1990 teve um grande salto na quantidade de organizações de mulheres, advindo das aprovações da II Constituição da República em 1990 e da Lei nº 08 de 1991, as quais regulamentaram a liberdade de associação e organização política dos/as cidadãos/as (CASIMIRO, 2015).

Como exemplo destas novas organizações em Moçambique, a WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust), definida como uma organização feminista com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre a situação dos direitos das mulheres destaca-se entre as organizações criadas na década de 1990. A WLSA também atua em outros países da África Austral.

4. NAS DOBRAS DA CAPULANA⁵

Leva sempre contigo a capulana. Para ser a tua coberta em caso de sol. Para ser a tua mortalha, caso encontres a morte. Para cobrir o teu leito, caso encontres o amor. Para cobrir o rosto, em caso de vergonha. Para cobrir o nu, caso percas a tua roupa, e esconder a tua vergonha aos olhos do mundo (CHIZIANE 2004, p. 81).

Por que utilizar a capulana na elaboração de um material didático?

Em primeiro lugar, as capulanas são um símbolo do feminino em Moçambique, fruto da recriação e apropriação das mulheres moçambicanas sobre os tecidos importados. Portanto, a história das mulheres moçambicanas é atravessada pela história das capulanas. Pois foram as mulheres de Moçambique responsáveis por se apropriarem delas e as construírem como um símbolo cultural e nacional, internacionalmente identificado com aquele país africano, mas tornado transnacional na produção, nos usos e pela moda.

Este aspecto revela que a partir do estudo das capulanas é possível analisar o protagonismo feminino nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial em uma região de intenso contato e trocas com diversas culturas. As moçambicanas não estiveram passivas e submissas na constituição da cosmópole Moçambique, pelo contrário, a agência destas mulheres, demonstra que a colonização além da imposição de estruturas e da dominação política e econômica, inclui a atuação africana no processo colonial a partir da transformação sobre o que é produzido por este sistema. Como afirma Mbembe (2001, p. 190), “de muitas formas, a colonização foi uma coinvenção”.

A capacidade de reelaboração de elementos da cultura material e imaterial por parte das mulheres em Moçambique evidencia sua presença na sociedade para além das narrativas ocidentais, que as identificavam como indivíduos restritos aos espaços familiar e doméstico, ou às opressões e violências causadas por uma figura masculina. Parafraseando Fanon (2008), a simplicidade da mulher moçambicana é um mito forjado por observadores superficiais, imbuídos em certa medida pelas hierarquizações raciais, nas quais o lugar dominante do homem branco europeu colocou as mulheres do continente africano em um patamar de subordinação e subalternização (SILVEIRA, 1999).

Contudo, é neste não lugar imposto pelo imperialismo português que as mulheres reconfiguram elementos externos à cultura moçambicana, criando intercâmbios, mas,

⁵O título deste capítulo faz referência ao filme “Na Dobra da Capulana” de Isabel Noronha e Camilo de Sousa.

sobretudo, promovendo outras formas de resistência cultural, as quais sobrepõem a ideia de fidelidade a objetos ou jeitos de fazer genuinamente moçambicanos. A resistência cultural movida pelas mulheres moçambicanas, no período colonial e em relação às capulanas, inclui o uso da criatividade e da mudança como aspectos da tradição e de sua sobrevivência (SILVA, 2008). Desse modo, as ações destas mulheres colocam em discussão os significados atribuídos à tradição e à modernidade, quando aquela tem como ponto de partida a afirmação de uma cultura autêntica capaz de conferir aos/às africanos/as, um eu particular e irredutível ao de qualquer outro grupo, sendo a negação desse eu e desta autenticidade vista como uma mutilação (Mbembe, 2001).

Mas as apropriações das mulheres moçambicanas relacionadas aos tecidos continuaram no processo de nomeação das capulanas. Ou seja, incorpora-se à capulana uma existência contextualizada que ultrapassa o lugar da possível imobilidade de um símbolo, conferindo a ela vida e identidade. Os nomes originam-se no cotidiano, na sabedoria popular e eventos contemporâneos, compondo-se em estratégias para dar significância a produções de massa, fazendo-os adquirir relevância cultural principalmente para as mulheres (SILVA, 2008).

Desse modo, as capulanas são mais do que um item do vestuário feminino moçambicano, são o relato materializado da potência (re) criadora das mulheres moçambicanas, revelando a presença destas no mundo e as interações entre gênero, colonização, independência, tradição e modernidade, entre outros.

Em segundo lugar, a utilização das capulanas como material didático alinha-se a implementação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, cujos artigos alteram a Lei 9.394 de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. Em 2004, consoante a Lei 10.639/2003, foram homologadas por meio da Resolução CNE/CP nº 01/2004 e Parecer CNE/CP nº 03/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. As Diretrizes compõem-se em um conjunto de

orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (Resolução CNE/CP 1, 2004).

As Leis e Diretrizes são o resultado das lutas de diversos movimentos negros no Brasil – principalmente na década de 1970, quando ocorre a estruturação do Movimento Negro

Brasileiro – para combater o racismo e promover a equidade e igualdade racial. A Educação foi um dos principais eixos das reivindicações políticas e da luta antirracista no Brasil, pois o espaço escolar foi (e é) entendido como lugar privilegiado de reprodução do racismo, além de importante formador da intelectualidade e do conhecimento na sociedade. Neste momento, a questão étnico-racial passa a ser entendida, pelo Movimento Negro Brasileiro, como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social (GOMES, 2010).

O impacto nas instâncias educacionais das medidas de combate ao racismo, também visa eliminar as influências das teorias racialistas europeias que influenciaram, nos séculos XIX e XX, alguns estudiosos e intelectuais no Brasil. As imagens sobre o continente africano são reinventadas, tendo por base o contexto nacional no pós Abolição, e a composição racial brasileira passa a ser vista com cautela, devido ao grande número de africanos/as, negros/as e mestiços/as. O médico Nina Rodrigues, por exemplo, propôs em 1894, a existência de dois códigos no Brasil, um para negros e outro para brancos, tendo em vista as diferenças entre as raças. Já para o advogado e escritor Silvio Romero, a mistura entre raças decorreria em algumas décadas na extrema redução de pessoas negras no Brasil, sendo este o resultado da supremacia de uma raça mais forte, a branca. Em 1930, Gilberto Freyre com o livro *Casa Grande e Senzala* (FREIRE, 2003), fundamentou a ideia de harmonia entre as três raças no Brasil (indígenas, negros e brancos), que deu base ao mito da existência de uma democracia racial no país. Para defender seus argumentos, Freyre priorizou uma certa história sexual brasileira, em detrimento de uma análise cuidadosa das contradições existentes em uma sociedade marcada pelo passado escravista (SCHWARCZ, 1996).

A partir de 1950, os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira começam a criticar o mito da democracia racial no Brasil ao demonstrarem a existência do preconceito e da discriminação racial no país. Os autores, de formas distintas, consideravam as relações entre raça e classe basilares na sociedade brasileira (MAIO, 2014).

Transformar o imaginário sobre as Áfricas é uma das ferramentas para combater o racismo brasileiro. Para Mudimbe (2013), três correntes de pensamento têm sustentado o imaginário coletivo sobre o continente africano: uma que se utilizaria de categorias marxistas e nacionalistas, a fim de desenvolver um imaginário da cultura e da política, no qual a manipulação da retórica, da autonomia, da resistência e da emancipação serviria como único critério para determinar a legitimidade do discurso demarcado como africano autêntico; outra enfatizaria a “condição nativa”, promovendo a ideia de uma identidade africana ligada ao pertencimento à raça negra; e no centro destas duas correntes, estaria aquela, cujo pensamento

delimita um aprisionamento do sujeito que é tornado alienado e objetificado pela escravidão, colonização e *apartheid* como eventos históricos.

Por consequência, a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 têm como um dos objetivos promover novas formas de pensar sobre africanas/os e seus descendentes, visto que certos pensamentos e ideologias, como a da democracia racial, encobrem e sustentam as desigualdades raciais, sem permitir um olhar mais apurado dos conflitos e tensões relacionados à diversidade. Segundo Noguera (2012, p. 70), o exercício de denegrir (tornar negra) a educação “pode trazer justamente a assunção da heterogeneidade como elemento positivo”.

Enquanto projeto para aplicação das leis de obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, este Trabalho de Conclusão de Curso tem a possibilidade de evidenciar a diversidade do continente africano por meio da abordagem de um país específico, Moçambique. Por isso, as Áfricas podem ser descobertas por alunas/os a partir de contextos nacionais, corroborando para alterar representações homogeneizadoras em torno do continente.

Por último, as capulanas neste Trabalho são o veículo para a abordagem de gênero no continente africano. Escolher um contexto nacional e aliá-lo à temática de gênero permite a ampliação da visão, no Brasil, em relação às mulheres africanas e suas narrativas. Como ressalta Amina Mama,

me parece obvio que las africanas tenemos aspiraciones que van más allá de asegurarnos nuestra supervivencia: deseos políticos, económicos, sociales, intelectuales, profesionales e incluso personales para el cambio (2013, p.12).

No entanto, descobrir novas narrativas de mulheres africanas é escapar às idealizações homogeneizantes e essencialistas, percebendo-as como sujeitos participantes, de diversas formas, das dinâmicas sociais, históricas e locais.

Por isso, uma abordagem interseccional relacionada ao gênero, pode permitir uma maior abrangência da realidade de mulheres moçambicanas. Interseccionalidade é um termo criado pela professora e jurista Kimberlé Crenshaw em 1989, para definir como as várias relações de poder e discriminações atuam sobre a vida das mulheres. Para Crenshaw (2012, p. 10) “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”. Dessa forma, considerando o pensamento de algumas autoras sobre a necessidade de se considerar nas questões de gênero em África, discussões sobre colonialismo, capitalismo e dominação patriarcal entre outros, o capítulo de desenvolvimento do material didático dará destaque a perspectiva interseccional.

E, por conseguinte, este TCC configura-se em mais uma forma de inserção da temática das questões de gênero em espaços educacionais, corroborando para a igualdade, o respeito às identidades e a erradicação das violências geradas pelo sexismo e pela heteronormatividade.

5 MATERIAL DIDÁTICO: KURINZELA E SUA CAPULANA ENCANTADA

Encantamente

Uma confusão de dedos
procurando as mãos
da menina
— Onde estão, mãe,
as minhas asinhas da loucura?
Tânia Tomé

O material didático produzido é composto de um livro-texto, a fim de auxiliar no ensino e aprendizagem sobre a diversidade africana a partir do contexto nacional moçambicano. Além disso, o material tem a finalidade de ser um recurso para a promoção da igualdade de gênero e o fim do sexismo por meio do estudo de um elemento do universo feminino em Moçambique, a capulana.

Logo, o material didático, além de abordar a realidade de um contexto africano, poderá ser uma ferramenta para que se discuta e reflita como as relações de gênero são moldadas em diferentes contextos nacionais e qual o impacto das desigualdades e opressões de gênero sobre a vida das mulheres. De forma interdisciplinar e intercultural, busca-se abordar as temáticas de história da África e das questões de gênero no processo de ensino-aprendizagem.

O livro-texto conta a estória de Kurinzela, uma menina de 12 anos que possui uma capulana encantada. A estória de Kurinzela é uma narrativa ficcional produzida por mim com ilustrações da artista Paula Duarte, a partir de elementos relacionados ao universo sociocultural moçambicano, coletados em pesquisa bibliográfica e de outras fontes, como filmes e imagens.

Kurinzela quer dizer esperança na língua Xitsua (ou Xitswa). O Xitsua faz parte do grupo linguístico Tswa-Ronga do sul de Moçambique e este grupo pertence ao tronco linguístico Banto (TIMBANE 2012, p. 33). Está, dessa forma, inserido no grupo sócio-linguístico dos Tsonga da região Sul de Moçambique.

A identidade individual e familiar é atribuída por meio do nome, integrando a pessoa ao grupo e à sociedade e posicionando-a em relação àquelas com quem interage (COSTA 2004, p. 344). Por isso, a escolha do nome foi feita de forma a carregá-lo de significado. Segundo Henri A. Junod (1996, p. 59-60 apud COSTA, 2004, p. 344) os Tsonga nomeiam as crianças

no dia do nascimento, ou num dos dias seguintes, é dado à criança o nome (vito) que pode ser escolhido principalmente de quatro modos: “1.º Muitas vezes os pais dão ao filho o nome dum chefe [...] o que lhes lisonjeia a vaidade; 2.º Mais correntemente os pais gostam de lembrar um nome dos tempos antigos [...] o nome

de um antepassado, pois é bom recordá-lo. Chegam para isso a deitar os ossinhos [...] 3.º Alguém pede o favor de dar o seu nome ao recém-nascido [...] muitas vezes também este privilégio é concedido a um viajante de passagem na aldeia [...] isto estabelece um laço especial entre a pessoa e a criança [...] 4.º Uma quarta maneira de dar um nome a um recém-nascido é escolher um inspirado pelas circunstâncias do nascimento [...] Estes nomes dados por ocasião do nascimento são abandonados mais tarde, geralmente no momento da circuncisão ou na idade da puberdade [...] Os homens e mulheres que passam pela iniciação adoptam ritualmente um nome diferente.

A escolha por uma personagem feminina jovem tem a finalidade de desconstruir o imaginário sobre as crianças africanas. Em muitas circunstâncias, estas são retratadas nas produções cinematográficas, nos noticiários e em outros meios de comunicação, envoltas em uma realidade de extrema precariedade e violência. Estas imagens canônicas – pontos de referência inconscientes sobre determinado elemento e adotados coletivamente –, propagam a realidade de uma África onde a infância é representada por crianças e jovens soldados, meninas vulneráveis à prostituição e ao abuso sexual, crianças mutiladas, desnutridas ou vítimas da AIDS. O cenário caótico representado por esse imaginário só poderia ser superado com a ajuda externa, vinda do continente europeu ou dos Estados Unidos, supostamente mais evoluídos que os países africanos (MELO, 2012).

As diferenças entre as regiões norte, sul e centro de Moçambique são significativas em termos sociais, linguísticos e culturais. Portanto, a opção neste Trabalho foi de não definir a origem geográfica da personagem, mas identificá-la como moçambicana e utilizar diversos elementos presentes nas regiões do país sobre a capulana, todavia tentando não incorrer no risco de homogeneizar e/ou descaracterizar a diversidade do território.

Moçambique possui dez províncias e de acordo com António Rita- Ferreira (1975 apud IGLÉSIAS, 2007, p. 135) as principais formações sócio-linguísticas seriam: ao norte, Yao, Maravi, Maconde, Islamizados do litoral norte e Macua-Lomwe; ao centro, Nguni, povos do baixo Zambeze e Xon-Karanga e ao sul, Tonga, Chope e Tsonga.

Na estória, Kurinzela é a segunda filha de Xitshembo e herda de sua mãe uma capulana especial. Era com a capulana dada a Kurinzela que Xitshembo⁶ a *belecava*⁷ quando saía para cuidar de sua *machamba*⁸, ir ao rio lavar roupas ou levar seu irmão Mpatthani⁹ à escola. É preciso observar, que *belecar* é uma das várias formas de utilizar a capulana. Elas podem ser usadas para vestir, como turbante, toalha, embrulho, para cobrir ou forrar, entre outras utilidades.

⁶Xitshembo significa confiança em Xichangana, outra língua Tsonga da região Sul.

⁷Belecar significa carregar uma criança amarrada às costas por uma capulana.

⁸Termo utilizado para designar as plantações.

⁹Mpatthani significa amigo na língua Emakhuwa, da região norte de Moçambique.

Em Moçambique, como documenta o filme *Na dobra da capulana* (SOUSA e NORONHA, 2014) é comum que algumas mulheres tenham um baú no qual guardam suas capulanas. Cada capulana traz a recordação de um acontecimento pessoal ou coletivo, pode ser simplesmente fruto de uma compra, de um presente recebido ou uma herança vinda de pessoa da família. De acordo com Torcato e Rolletta, a dona das capulanas

não as usa, guarda-as, entesoura-as. Só uma ocasião muito especial as fará sair à luz do dia. Mas podem ser oferecidas como presente, à filha, à futura nora, à neta no seu casamento. E quando a dona morrer elas passarão como herança para as descendentes suficientemente afortunadas para serem contempladas com elas (2004, p. 24).

Dessa forma, as capulanas chegam às mãos de quem as recebe cheias de histórias, repletas de significados e de existências.

As capulanas passam por um processo de resignificação quando compradas através da nomeação dos tecidos. Quando um novo padrão de capulana chega para ser vendida são as clientes que a nomeiam. A nomeação não segue regras, podendo ser dada a capulana o nome de algum evento corriqueiro, um acontecimento histórico ou de âmbito social (TORCATO e ROLLETTA 2004, p. 29).

Existem capulanas para utilização em ocasiões fúnebres, cerimônias e ritos de iniciação. No *lobolo*, cerimônia matrimonial presente no sul de Moçambique, é comum dar capulanas às mulheres da família da futura esposa. Em alguns locais no norte de Moçambique, a forma como uma mulher amarra a capulana determina o seu estado civil: casada, solteira, divorciada, viúva e noiva (SANTOS, 2016).

Embora a aplicação da capulana na confecção de roupas masculinas seja uma realidade do universo da moda contemporânea, em Moçambique, são os curandeiros e feiticeiros que totalizavam no passado, em maior número o uso do tecido por homens. Para as cerimônias realizadas por curandeiros e feiticeiros são usadas capulanas com padrões específicos (TORCATO e ROLLETTA 2004, p. 31).

Em sua trajetória de vida, Kurinzela entra em contato com as diferenças sociais impostas a meninos e meninas. No decorrer da história serão apresentadas situações nas quais a personagem é colocada frente aos papéis sociais baseados nas diferenças de gênero. Por meio de sua capulana encantada, Kurinzela ajudará meninas/mulheres e meninos/homens a lidar com a desigualdade de gênero e a imposição de papéis sociais.

A utilização do termo gênero rejeita as justificativas biológicas, indicando as construções sociais em torno dos papéis impostos a homens e mulheres na sociedade (SCOTT, 1989). A definição de gênero de Scott (1989) baseia-se em duas proposições, as

quais estão ligadas, mas analiticamente distintas: primeiro, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e segundo, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Muitas são as visões sobre a influência dos ritos de iniciação na determinação dos papéis sociais, destinados às mulheres e aos homens em Moçambique. Os ritos são instituições culturais incumbidas de organizar os lugares, os papéis e as funções sociais que cada um deve ocupar na sociedade, moldando as identidades individuais e coletivas (OSÓRIO, 2015). Balandier (1976), afirma que a oposição entre mulheres e homens domina as narrativas de fundação da maior parte das sociedades africanas. Sendo assim, para algumas/uns estudiosas/os, os ritos de iniciação seriam veículos de reafirmação dessas narrativas. Para Osório (2015), os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres em regiões do centro e norte de Moçambique são resultado, em alguns grupos, dos ritos de iniciação. A divisão sexual do trabalho aprendida nos ritos constituiria um determinador simbólico das identidades femininas, relacionadas ao servir, e masculinas ligadas a uma posição central de controle e autonomia (OSÓRIO, 2015). Posição contrária é assumida, por exemplo, por Signe Arnfred que segundo Pinho (2012) em seu livro *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa* de 2011, percebe os ritos de iniciação como espaços de autonomia e empoderamento para as mulheres dos povos Yao e Macua do norte de Moçambique. Os diferentes posicionamentos a respeito dos ritos de iniciação tem a possibilidade de atingir diferentes opiniões e vivências de mulheres moçambicanas.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, serão adotadas as perspectivas dos feminismos pós-coloniais em relação às análises sobre gênero.

O feminismo é um movimento criado para acabar com o sexismo, a exploração e a opressão sexistas (HOOKS, 2000). A definição utilizada por Bell Hooks (2000) amplia a significação do termo para além da superação das desigualdades entre homens e mulheres, incluindo as interconexões com outras formas de opressão que retroalimentam o sexismo.

Para Bahri (2013), o feminismo pós-colonial está ligado ao projeto de pós-colonialidade literária e com a leitura crítica e a interpretação de textos coloniais e pós-coloniais, exigindo uma perspectiva capaz de ler as representações sobre as mulheres, levando em conta o sujeito e seu meio de representação. A partir das interpretações de mulheres de países que estão fora do poder hegemônico das potências políticas e econômicas mundiais, o movimento torna-se um contraponto às formulações de um feminismo voltado para o Ocidente. Segundo Spivak,

entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a visão deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização (2010, p. 119).

Diversas vozes femininas subalternizadas e marginalizadas são trazidas à tona, demonstrando que as discriminações e opressões de gênero compõem apenas um dos fatores de exclusão para determinadas mulheres.

Neste sentido, o feminismo interseccional, termo cunhado pela jurista e professora Kimberlé Crenshaw na década de 1980, também oferece um campo de discussão válido para o material didático aqui elaborado. O termo, inicialmente utilizado para explicar as discriminações de raça e gênero sofridas por mulheres negras nos Estados Unidos, passou a ser adotado para designar a interação entre diversas discriminações e opressões que impactam sobre a vida das mulheres (CRENSHAW, 2012). Na interseccionalidade, ocorre a associação entre diversas opressões sem haver a sobreposição de uma sobre outra, corroborando para as conclusões de Lorde (2009, *on-line*) de que “não há hierarquias de opressão”.

Embora o termo tenha aparecido no século XX, algumas feministas interseccionais negras atribuem à abolicionista e militante pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth, uma das primeiras menções à ideia de interseccionalidade em 1851, na *Women's Rights Convention* em Akron (estado de Ohio, Estados Unidos). Nesta Convenção, Truth evidencia seu lugar à margem dos privilégios de ser homem em uma sociedade patriarcal e de ser mulher branca em uma sociedade racista:

aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (1851, *on-line*)

Já em 1981, Angela Davis com o livro *Mulher, Raça e Classe* aborda a articulação entre raça, classe e gênero na trajetória de mulheres negras nos Estados Unidos desde o período escravista até a segunda metade do século XX demonstrando as conexões e interdependências entre gênero, classe e raça (DAVIS, 2016).

Considerando a colonização, a exclusão racial legitimada pelo sistema jurídico colonial e as hierarquias de gênero, entre outros processos histórico-sociais presentes em Moçambique, a abordagem pós-colonial e interseccional, pode ser um dos caminhos para

combater múltiplas opressões, configurando-se em instrumento de lutas políticas (HIRATA, 2014).

A partir da história de Kurinzela e sua capulana encantada, podem ser inseridas, em salas de aula ou outros espaços de aprendizagem, discussões sobre a diversidade africana e sobre a presença e atuação de mulheres africanas em contextos nacionais, como é o caso de Moçambique.

Toda a história é acompanhada por notas explicativas que elucidam o tema abordado e um pouco da História de Moçambique.

6 UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO: KURINZELA E SUA CAPULANA ENCANTADA

O livro-texto poderá ser utilizado em oficinas nas escolas, em diversos espaços de aprendizagem e compor o acervo de bibliotecas escolares e comunitárias.

A faixa etária do livro-texto limita-se a crianças a partir dos 10 anos, pois com esta idade já é possível apreender as relações de gênero e as desigualdades decorrentes destas. Além disso, crianças e jovens entram em contato com imagens canônicas e estereotipadas sobre o continente africano por intermédio dos meios de comunicação como: desenhos, filmes e imagens da internet.

O foco central desenvolvido no livro-texto foi o debate sobre gênero em África a partir do estudo do universo feminino moçambicano, descortinado através das capulanas. Portanto, o primeiro objetivo do livro-texto é desenvolver o tema gênero em Moçambique, discutindo a participação da mulher moçambicana no processo histórico e social do país. O segundo objetivo é mostrar a diversidade africana, e conseqüentemente as várias possibilidades de ser mulher no continente africano, e inserir debates sobre a existência de distintas Áfricas.

Isto posto, o livro-texto pode ser um instrumento para professores/as e oficinairos/as falarem sobre gênero em Moçambique; relações comerciais, transculturais e transnacionais anteriores a colonização portuguesa; período colonial; Independência e práticas culturais, tradição e modernidade nas trajetórias das mulheres moçambicanas, entre outros temas.

6.1 Propostas de Atividades com o material didático “Kurinzela e sua capulana encantada”

Neste capítulo serão apresentadas as atividades a serem desenvolvidas com o material didático.

6.1.1 Atividade com o Livro “Kurinzela e sua Capulana Encantada”

Duração: 1 hora e 30 minutos

Materiais: o livro-texto poderá ser apresentado em slides por professores/as ou oficinairos/as. Outra possibilidade é utilizar a versão física do material e promover uma roda de contação de histórias.

Para a confecção de outras histórias encantadas serão necessários: caneta ou lápis e papel.

Objetivo: Discutir com os/as participantes sobre gênero em um contexto nacional africano utilizando a capulana como veículo para falar do universo feminino moçambicano.

- 1) Explicar os objetivos da aula ou oficina: debater sobre relações de gênero, recorrendo à capulana como símbolo do feminino em Moçambique e em consequência disso, discutir sobre a diversidade africana a partir do contexto moçambicano.
- 2) Apresentar o livro-texto e contar a história de Kurinzela por slides ou com o livro físico.
- 3) O/A oficinairo/a ou professor/a poderá utilizar-se das notas explicativas para esclarecimentos de palavras ou conceitos presentes na história após a leitura.
- 4) Depois da leitura, pode ser exposta aos participantes a origem da capulana e sua construção como símbolo do universo feminino. A interação pode acontecer mediante perguntas como: Vocês já conheciam a história das capulanas? Como vocês imaginam a vida das meninas moçambicanas e de outras partes do continente africano?
- 5) Falar sobre o olhar sobre outras Áfricas, proporcionado pela história das capulanas, para além das imagens veiculadas em meios de comunicação como por exemplo: savanas, guerras, pobreza e crianças soldados.
- 6) Fazer as seguintes perguntas: Por que Kurinzela usa sua capulana encantada para falar com meninos e meninas?
- 7) Explicar o que são papéis de gênero?
- 8) Por que funções e atividades impostas a homens e mulheres podem ser prejudiciais?
- 9) Qual o impacto das desigualdades em direitos para meninas?
- 10) Como sugestão pode ser feita também uma oficina de escrita, na qual os/as participantes poderão escrever histórias com heroínas e heróis. Os personagens podem remeter aos próprios participantes, ou representar alguém de sua família e comunidade que os inspirem a fazer e ser mais do que os padrões de gênero impõem. Essa parte tem a finalidade de mostrar que meninas e meninos podem ocupar o lugar de protagonistas em suas vidas e na sociedade.

O responsável pela oficina pode, para finalizar, conversar sobre a diversidade do universo feminino no continente africano, as dinâmicas e trocas estabelecidas entre mulheres e como as diferenças de gênero são construídas em diversos contextos, (re) produzindo desigualdades e violências.

6.1.2 Atividade com o curta-metragem *Phatyma*

Duração: 1 hora

Materiais: O curta-metragem possui acesso livre pela internet.

Objetivo: ser um suporte para a leitura do livro “Kurinzela e a Capulana Encantada” e para o debate sobre as relações de gênero em Moçambique.

O texto do filme foi escrito pelo cineasta brasileiro Luiz Chaves e a escritora moçambicana Paulina Chiziane – conhecida por escrever sobre o universo feminino das

mulheres moçambicanas. O tempo de duração do curta-metragem é de 9 minutos e 49 segundos.

O filme mostra a vida da menina moçambicana Phatyma, moradora da região sul de Moçambique, e que sonha com um futuro diferente de sua mãe e de sua avó. A personagem questiona algumas práticas culturais que determinam o papel desempenhado pelas mulheres na família e na comunidade. O curta faz uma discussão a respeito da tradição e da modernidade na vida de determinadas mulheres do sul de Moçambique.

Sendo assim, o filme é mais um instrumento para as discussões sobre os papéis de gênero. Várias cenas do curta-metragem trazem um cenário composto por capulanas, como a que Phatyma questiona a trajetória semelhante de sua avó e de sua mãe. Isto, também corrobora com o estudo deste símbolo como constituinte das identidades femininas moçambicanas.

Phatyma reivindica a igualdade de direitos entre homens e mulheres, pondo em questão a passividade e a subserviência das mulheres de sua família e criticando os silenciamentos impostos às mulheres (SECCO, 2013). A personagem, interpretada por Rita Jacinto, apresenta-se como uma pessoa determinante na mudança sobre as relações de gênero desiguais.

As atividades a serem realizadas com o filme podem ser:

- 1) Indagar sobre as impressões que os/as participantes tiveram do filme.
- 2) Questionar os/as participantes sobre o desejo de Phatyma em querer um futuro diferente de sua mãe e avó.
- 3) O que são sociedades patriarcais?
- 4) Quais as funções relacionadas às mulheres e aos homens no filme?
- 5) De acordo com o filme, por que os papéis de gênero interferem na vida de Phatyma?
- 6) Perguntar qual cena chamou atenção no curta-metragem.
- 7) Perguntar se alguma cena do vídeo pode ser identificada com a realidade dos/das participantes.
- 8) Indagar se as características vistas como exclusivas de homens e mulheres produzem desigualdades e por quê.

A finalização da atividade pode ocorrer com uma conversa sobre o que é patriarcado e suas consequências na determinação de papéis e violências relacionadas ao gênero.

O objetivo do material didático é ampliar as visões e discussões sobre o feminino em Áfricas, observar e conhecer a gama de culturas, práticas e conexões que envolvem as

mulheres moçambicanas. Por isso, o material didático configura-se em um instrumento para aplicação da História e Cultura Africana, fundamentado pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

7 CONCLUSÃO

A utilização de um símbolo da cultura nacional de um país africano pode ser um caminho para a descoberta das várias expressões das culturas e sociedades africanas. Este pode ser um fator importante para desconstrução de imaginários e estereótipos.

Logo, as histórias que circundam a construção das capulanas como símbolo do feminino em Moçambique revelam as facetas culturais de um país africano, além das dinâmicas, resignificações e apropriações empreendidas por mulheres moçambicanas.

Analisar e refletir sobre esses dados, é contribuir para que as imagens de mulheres africanas também sejam (re) construídas para além de representações nas quais a violência, submissão, subserviência e exotismo sejam os principais referenciais. Contribuindo para que as vozes e a produção intelectual destas mulheres possam vir à tona.

As possibilidades originadas do estudo de gênero no continente africano, por outro lado, oferecem reforços para o fim do sexismo e da violência de gênero, ampliando as visões ao considerar o feminino na sua condição diversa e complexa. Como analisa Audre Lorde,

promover a mera tolerância de diferença entre mulheres é o reformismo mais grosseiro. É uma total negação da função criativa da diferença em nossas vidas. A diferença não deve ser meramente tolerada, mas vista como um fundo de polaridades necessárias entre as quais nossa criatividade pode faiscar como uma dialética. Apenas então a necessidade de interdependência se torna não ameaçadora. Apenas dentro dessa interdependência de forças diferentes, reconhecidas e iguais, o poder de procurar novos meios de ser no mundo pode gerar, assim como a coragem e o sustento para agir onde não existem alvarás (2013, *on-line*).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21. n. 2. p. 659-688, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018/25791>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BARNES, Ruth. **Textiles in Indian Ocean Societies**. London and NY: Routledge Curzon, 2005.

BRASIL. CNE/CP Resolução nº 1/2004, de 17 de junho de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Movimentos sociais e movimentos de mulheres em Moçambique**. Senegal: Codesria, 2015. Disponível em: https://www.codesria.org/IMG/pdf/4._casimiro-_movimentos_sociais_e_movimentos_de_mulheres_em_mocambique.pdf?4142/71dd317acc32d6978fd43d4140ee0f189d5425c4. Acesso em: 10 jan. 2017.

CHAVES, Paulo; CHIZIANE, Pauline. **Phatyma**. Maputo: Africa Makya, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBKbFGxM1-k>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSTA, Ana Bénard. As crenças, os nomes e as terras: dinâmicas identitárias de famílias na periferia de Maputo. **Etnográfica**, v. 8, n. 2, p. 335-354, 2004. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N2/Vol_viii_N2_335-354.pdf. Acesso em: 11 jan. 2017.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. Disponível em: <https://lelivros.top/book/baixar-livro-a-enxada-e-a-lanca-alberto-da-costa-e-silva-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 24 dez. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 1 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVISSE, Jean; VANSINA, Jan. A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores. In: FASI, Mohammed El (Org.). **História Geral da África III: África do século VII ao XI**. Brasília: Ed. UNESCO, 2010. p. 881-929. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDFBA, 2008. Disponível em: http://unegro.org.br/arquivos/arquivo_5043.pdf. Acesso em: 02 jan. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Nilma Lino Gomes. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

JUNOD, Henri A. **Usos e Costumes dos Bantos**. 3 ed. v. 02. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996. [1912/13], p. 59-60.

HALL, Stuart. **Da Dáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 08 jan.2017.

HOOKS, Bell. **Políticas feministas: de onde partimos**. 2016. Tradução livre de Feminist politics: where we stand, primeiro capítulo de feminism is for everybody, bell hooks. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

IGLÉSIAS, Olga. **África, a mulher moçambicana e a NEPAD**. **Campus Social**, Lisboa, n. 3 e 4, p. 133-151, 2007. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campussocial/issue/view/CS3%264>. Acesso em: 02 jan. 2017.

KRAVEIRINYA, Johnny. **O Autarca**: Jornal Independente. Beira, p. 3-4, 06 nov. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/johnny.kraven/posts/344229612380828>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LORDE, Audre. **Não há hierarquia de opressão**. São Paulo: Rizoma, 2013. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>. Acesso em: 06 jan. 2017.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa-grande**. São Paulo: Geledés, 2013. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/#gs.G86JSIQ>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MAIO, Marcos Chor. O contraponto paulista: os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira no projeto UNESCO de relações raciais. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 10-39, jan./jun.

2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19027>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MAMA, Amina. Las fuentes históricas nos dicen que incluso las mujeres blancas han mirado siempre hacia África para encontrar alternativas a su subordinación. In: LAGARRIGA, Dídac P. (Org.). **Africana**: aportaciones para la descolonización del feminismo. Barcelona: Ed. Oozebap, 2013. p. 07-21. Disponível em: http://www.feministas.org/IMG/pdf/varias_autoras___africana._aportaciones_para_la_descolonizacion_del_feminismo.pdf. Acesso em: 05 jan. 2017.

MASAO, Fidel T. MUTORO, Henry W. A costa da África Oriental e as ilhas Comores. In: FASI, Mohammed El (Org.). **História Geral da África III**: África do século VII ao XI. Brasília: Ed. UNESCO, 2010. p. 685-720. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/Acesso em 25 nov. 2016>.

MBEMBE. Achile. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2001000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Disponível em: Acesso em: 10 jan.2017.

MELO, Marcos José. **Como se fossem insetos**: África e ideologia no cinema contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/6005/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

MUDIMBE. Valentin Y. **A Invenção da África**: gnose, filosofia e ordem do conhecimento. Portugal: Pedagogo, 2013.

NELLY. Octávio Gonçalves. **Línguas de Moçambique**: vocabulário de Emakhuwa (central). Nampula: SIL Moçambique, 2010. Disponível em: http://lidemo.net/2010/docs/vmw_p000565.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, n. 18, p. 62-73, mai./out. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/7033>. Acesso em: 05 jan. 2017.

OSÓRIO, Conceição. **Os ritos de iniciação**: identidades femininas e masculinas e estruturas de poder. Maputo: WLSA, 2015. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/ritos/>. Acesso em: 03 jan. 2017.

PAREDES, Marçal de Menezes. A Construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Revista Anos 90**, Porto Alegre. v. 21. n. 40. p. 131-161. dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/46176>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PINHO, Osmundo. Descolonizando o feminismo em Moçambique. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300026. Acesso em: 10 jan. 2017.

RITA-FERREIRA, António. Povos de Moçambique. História e Cultura. Porto: Afrontamento, 1975.

RUFINO, José dos Santos. Raças, usos, costumes indígenas: alguns exemplares da fauna moçambicana. In: _____ **Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique**. v. X. Lourenço Marques: José dos Santos Rufino, 1929. Disponível em: http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AFDCM/BNU_M_LM-10&p=1. Acesso em: 03 jan. 2017.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias (Revista Tempo 1975-1985). **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88746/91642>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SANTOS, Telcínia. **Capulana**: um tecido carregado de história. Conexão Lusófona, 15 jul. 2016. Disponível: <http://www.conexaolusofona.org/quem-somos/>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender. Acesso em: 05 jan. 2017.

SCWARRCZ, Lília K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, p. 11-101, 1999. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p77.pdf. Acesso em: 03 jan. 2017.

SECCO, Carmem Lúcia Tindó. Phatyma e o sonho de mudar o mundo. **Mulemba**. Rio de Janeiro, v.1, n. 9, p. 38-50, jul./dez. 2013. Disponível em: http://setorlitafrica.letas.ufrj.br/mulemba/download/artigo_9_4.pdf. Acesso em: 23 dez. 2017.

SILVA, Luciane. **Trilhas e tramas**: percursos insuspeitos dos tecidos industrializados do continente africano, a experiência da África oriental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000434151>. Acesso em: 1º dez. 2016.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, p. 87-144, 1999. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p89.pdf. Acesso em: 28 nov. 2016.

SOUSA, Camilo; NORONHA, Isabel. **Na dobra da capulana**. Moçambique: MOCIK, 2014. 1 CD.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em: 08 jan.2010.

THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p.

313-330, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v25n50/a03v25n50.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TIMBANE, Alexandre António. Os empréstimos do português e do inglês na língua Xichangana em Moçambique. **Linguagem Estudos e Pesquisas**, Goiás, v. 16, n. 2, p. 29-55, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/33528/17734>. Acesso em: 07 jan. 2017.

TORCATO, Maria de Lourdes. ROLLETTA, Paola. Capulanas. In: Missangas (Org.). **Capulanas e Lenços**. Portugal: Missangas, 2004.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Tradução livre de Women's Rights Convention. Akron: 1851. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 05 jan. 2017.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Ed. UNESCO, 2010. p. 21-50. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/>. Acesso em 25 nov. 2016.

ZAMPARONI, Valdemir. **De Escravo a Cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16764/1/de-escravo-a-cozinheiro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ZAMPARONI, Valdemir. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, C. 1900-1940. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 23, p. 145-172, 1999. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p147.pdf. Acesso em: 04 jan. 2017.

<http://www.wlsa.org.mz/>



Kurinzela e sua Capulana Encantada

Aluna: Denise do Nascimento Santos
Ilustrações: Paula Duarte
Orientador: Prof. Dr Luiz Henrique Passador

Universidade Federal de Juiz de Fora
Especialização em História da África
Trabalho de Conclusão de Curso

Esta é a estória de uma menina nascida em Cabo Delgado, província do norte de Moçambique.



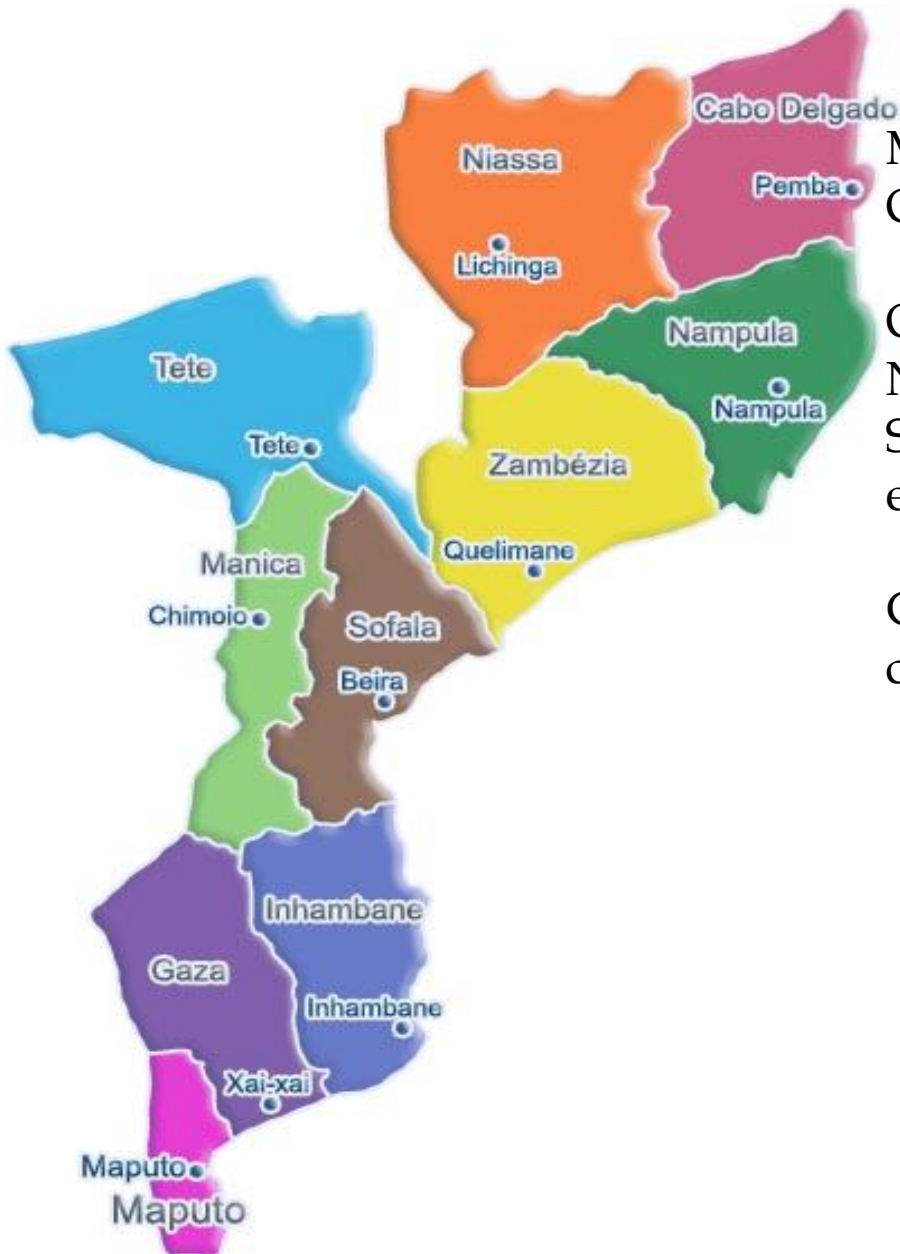
Este é o mapa do continente africano. Onde está localizado Moçambique?

Moçambique

Moçambique é um país localizado na parte Oeste do continente africano.

O país possui 11 províncias: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Província de Maputo e Cidade de Maputo.

Cada província de Moçambique possui uma capital.



Províncias são regiões territoriais que dividem um país.

Capulana

Esta é a estória de uma menina de 12 anos e sua Capulana Encantada!

Você sabe o que é uma Capulana?

São tecidos muito comuns em Moçambique, usados em sua grande maioria por mulheres. Desde o século VII (do ano 601 ao ano 700) havia na região, onde hoje é o atual Moçambique, um intenso comércio de diversificados produtos feito em sua maioria por Árabes e Indianos.

Os tecidos eram os itens mais procurados pelas populações da região.

Estudos afirmam que foi no século XIX (do ano 1801 ao ano 1900) que os famosos tecidos indianos foram transformados em capulanas pelas mulheres moçambicanas.

Como os tecidos tornaram-se capulanas?

As mulheres moçambicanas pediam aos comerciantes para cortar os tecidos em seis quadrados na proporção de 3 por 2, pois eles eram bem grandes. Estes tecidos transformaram-se nas famosas capulanas.

Por que o nome capulana?

O nome capulana, procederia de famosas feiras periódicas realizadas nas terras do chefe tradicional Pulana Mpfumo, situadas atualmente na cidade de Maputo, na região sul de Moçambique. Logo, ao se deslocarem para comprar, as pessoas diziam *ni a ka-Pulana* no idioma Ronga, que significa “vou às terras do Pulana”, motivo pelo qual os tecidos, muito vendidos nas feiras, teriam adquirido esse nome .

Kurinzela e sua Capulana Encantada

A menina nasceu em uma tarde ensolarada.

O parto foi difícil e sua mãe, Xitshembo, por alguns instantes pensou que não veria os olhos da filha.

Mas a avó, Rami, como o vento úmido que leva as folhas do embondeiro a terras distantes, soprou nos ouvidos de Xitshembo a força de seu nome: “Confiança, Xitshembo! Esta menina é nossa Esperança”.

Com dificuldade, a menina então nasceu. Envolta em panos e gritando para o mundo foi direto para os braços da mãe.

As mulheres Macuas, ali presentes, gritaram em som gutural: “Elulu, elulu, elulu”. Assim, todos souberam que o parto correria bem e também se alegraram com a chegada de Kurinzela.

Xitshembo em Xichangana – uma das línguas da região sul de Moçambique – quer dizer Confiança.

Macuas são grupos etnolinguísticos que habitam a região norte de Moçambique.



A primeira filha-mulher de Xitshembo foi festejada , dias depois, em toda vila.

Em uma noite enluarada, a alegria das danças, das conversas, das capulanas coloridas de tantas mulheres, vieram saudar a menina-esperança Kurinzela.

O nome veio da língua Xitsua, do sul de Moçambique, onde sua avó havia nascido, por isso seguiu-se o rito de apresentação de Kurinzela à Lua.

A mais velha que ali morava, e que também vinha do sul de Moçambique, ergueu Kurinzela em direção a lua e disse:

- Veja menina, a lua!

A alegria que já estava presente na festa, se alargou, nos *belecou*.

Disse a mais velha :

- A lua trará sorte, prosperidade e proteção a Kurinzela. *Quenguêlêquêze! Quenguêlêquêze!*

Belecar significa carregar e embalar uma criança amarrada às costas por uma capulana.

Quenguêlêquêze

Quenguêlêquêze é o acontecimento, presente em algumas regiões do sul de Moçambique. Ocorre quando a comunidade apresenta uma criança recém-nascida à lua, festejando este momento.

O escritor Rui Noronha, nascido em Moçambique em 1909, tem um poema sobre o Quenguêlêquêze. Veja um trecho:

Lua Nova

(...)

“Quêze!.Quenguêlêquêze!...”

(...)

E as mulheres entravam com um tição:

E enquanto a mais idosa

Pegava na criança e a mostrava à lua

Dizendo-lhe: “Olha, é a lua”,

A outra, erguendo a mão,

Lançou direito à lua a acha luminosa.

– O estrepitar de palmas foi morrendo...

E a lua foi crescendo... foi crescendo...

Lentamente...

Como se fora em brando e afogado leito

Deitaram a criança, revolando-a,

Ali na imunda podridão, no escuro,

Lhe deu o peito...



Kurinzela crescia tecendo palavras, ouvindo histórias de seus avós, brincando com outras crianças de sua vila, ajudando, junto com seu irmão Mpatthani, nas tarefas de casa e estudando.

Mas Kurinzela não entendia o que acontecia com outras meninas.

- Por que minhas amigas tem que pilar, lavar, varrer, se seus irmãos não fazem isso? O que há de errado? Por que me dizem quando devo me casar se quero estudar?

As perguntas eram muitas, todas eram respondidas por sua mãe e seu pai e nos ensinamentos da escola.

No vocabulário Emakhuwa, uma língua do norte de Moçambique, o nome do irmão de Kurinzela, Mpatthani, quer dizer Amigo.

Um dia, Kurinzela foi chamada por sua mãe para juntas abrirem o Baú de Capulanas.

O Baú de Capulanas é como um baú de histórias: cada capulana faz lembrar de um momento especial.

O passado não é recordado com tristeza mas com gratidão e com a certeza que novas capulanas virão para enfeitar e colorir a vida.

Nesse Baú, a mãe de Kurinzela guardava como tesouro as capulanas que havia ganhado da avó e do pai de Kurinzela, a capulana em comemoração a Independência de Moçambique, a capulana famosa no comércio da região, a primeira capulana comprada com o dinheiro do *xitique*.

Eram muitas capulanas, cada uma com uma história para contar...

Xitique é um tipo de poupança informal.



Xitshembo, então explicava a Kurinzela:

- Onde fores, levas sempre uma capulana. Para te enfeitares ou esconder qualquer embaraço. Para forrar tua cama quando for repousar em lugar estranho ou para embrulhar tuas roupas. Se teu coração se alegra com a risada de uma amiga, dá a ela uma capulana como prova de amizade. Se receberes de alguém como prova de amor, guardas com carinho.

Xitshembo ensinava tudo o que podia ser feito, criado e vivido com uma capulana.

Foi aí que a mãe de Kurinzela deu a ela uma capulana diferente...

Em Moçambique é comum dar nomes a capulanas e aquela se chamava Liranzo que em Tshwa (outra língua do sul de Moçambique) quer dizer Amor.



Com esta capulana, chamada *Liranzo*, Xitshembo *belecava* Kurinzela quando saía para cuidar de sua *machamba*, ir ao rio lavar roupas ou levar seu irmão Mpatthani à escola.

- Esta capulana é diferente mãe!

- Ela só é diferente por que você é especial. Quando vires uma menina em apuros, põe a capulana e onde ela estiver, você poderá ajudá-la.

- Mas por quê?

- Muitas meninas vivem situações difíceis pelo mundo. Violências e limitações fazem parte de sua realidade, com esta capulana você poderá ajudá-las. Livre-as da violência física e psicológica, do casamento sem consentimento, do trabalho na infância que as impede de estudar, das discriminações e preconceitos que cercam aquelas que não nasceram meninas, mas assim se sentem. Ajude as que são tão diferentes mas semelhantes a nós.

- Mas eu posso mãe?

- Podes fazer tudo que quiseres Kurinzela. Você é nossa esperança. Eu e sua avó não pudemos mudar muitas coisas em nossas vidas, tivemos de trabalhar desde cedo, casar e cuidar para que seu futuro fosse diferente.

Foi assim que Kurinzela conheceu a capulana de nome *Liranzo*, com a qual foi *belecada* na infância: a Capulana Encantada

Machamba é o termo utilizado para designar as plantações.

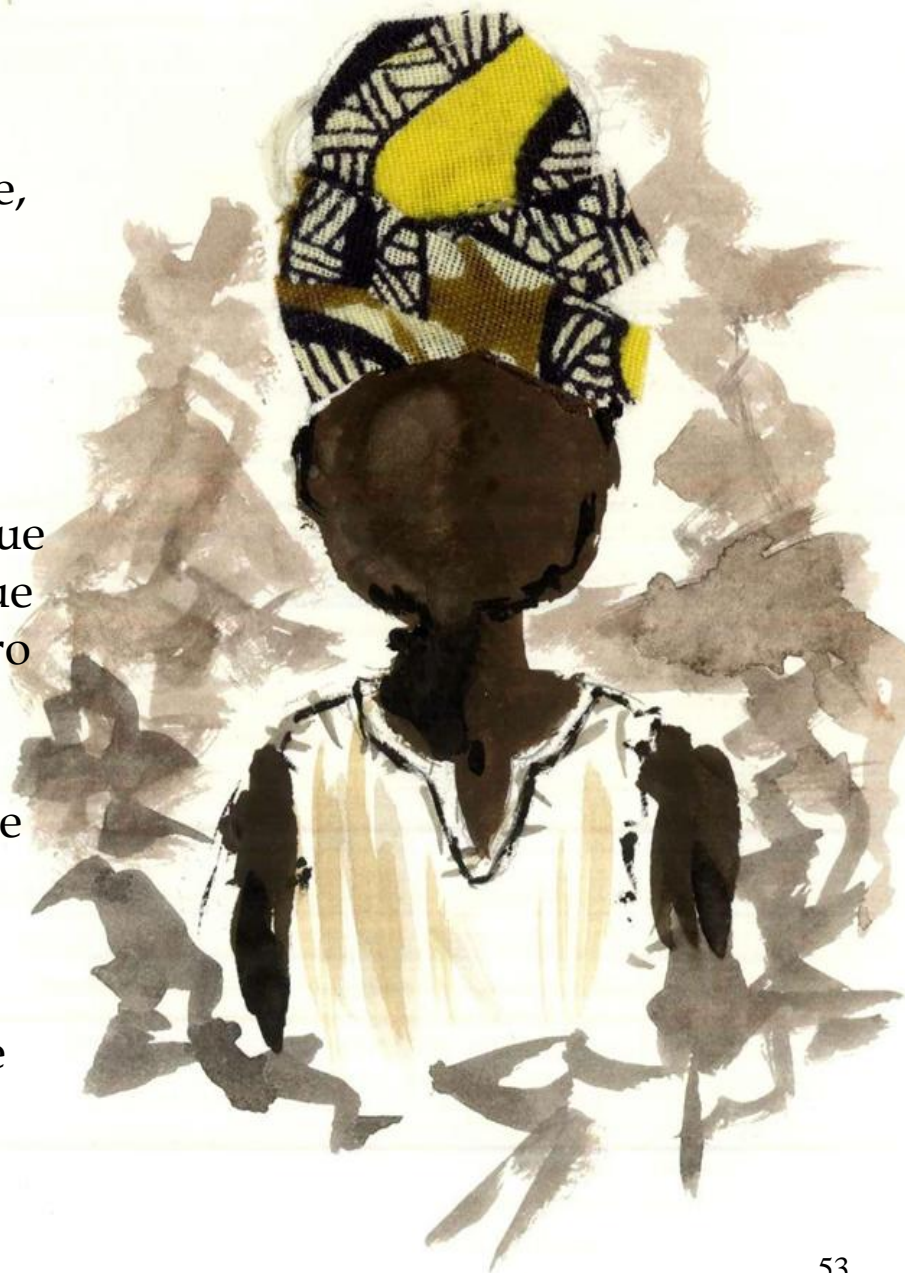
Certo dia, Kurinzela ouviu o choro de uma menina, colocou sua Capulana Encantada em várias amarrações na cabeça como um turbante, e... JAAAP... JAAAP.

- Porque choras? Perguntou Kurinzela a menina.

- Tenho que trabalhar o dia todo, queria estudar. Kurinzela foi ao encontro dos pais da menina, conversou e conversou. Falou a eles que todas as meninas tem direito de ir à escola e que o trabalho interferia no aprendizado e no futuro que elas poderiam ter.

A partir daí, a menina não mais trabalhou. Seus pais e a comunidade compreenderam que o direito à Educação é igual para meninos e meninas e se uma menina não pudesse frequentar a escola, todos perdiam.

Kurinzela e a Capulana Encantada iam que iam, fazendo da palavra coração e ação para ajudar meninas-mulheres.



- Ei! Olha ali um grupo ofendendo uma menina!

Kurinzela vestia sua Capulana Encantada amarrada como saia e ... JAAAP... JAAAP...

Uma discussão danada acontecia, Kurinzela foi ver o que ocorria.

- Ela não é uma menina! - gritavam algumas pessoas.

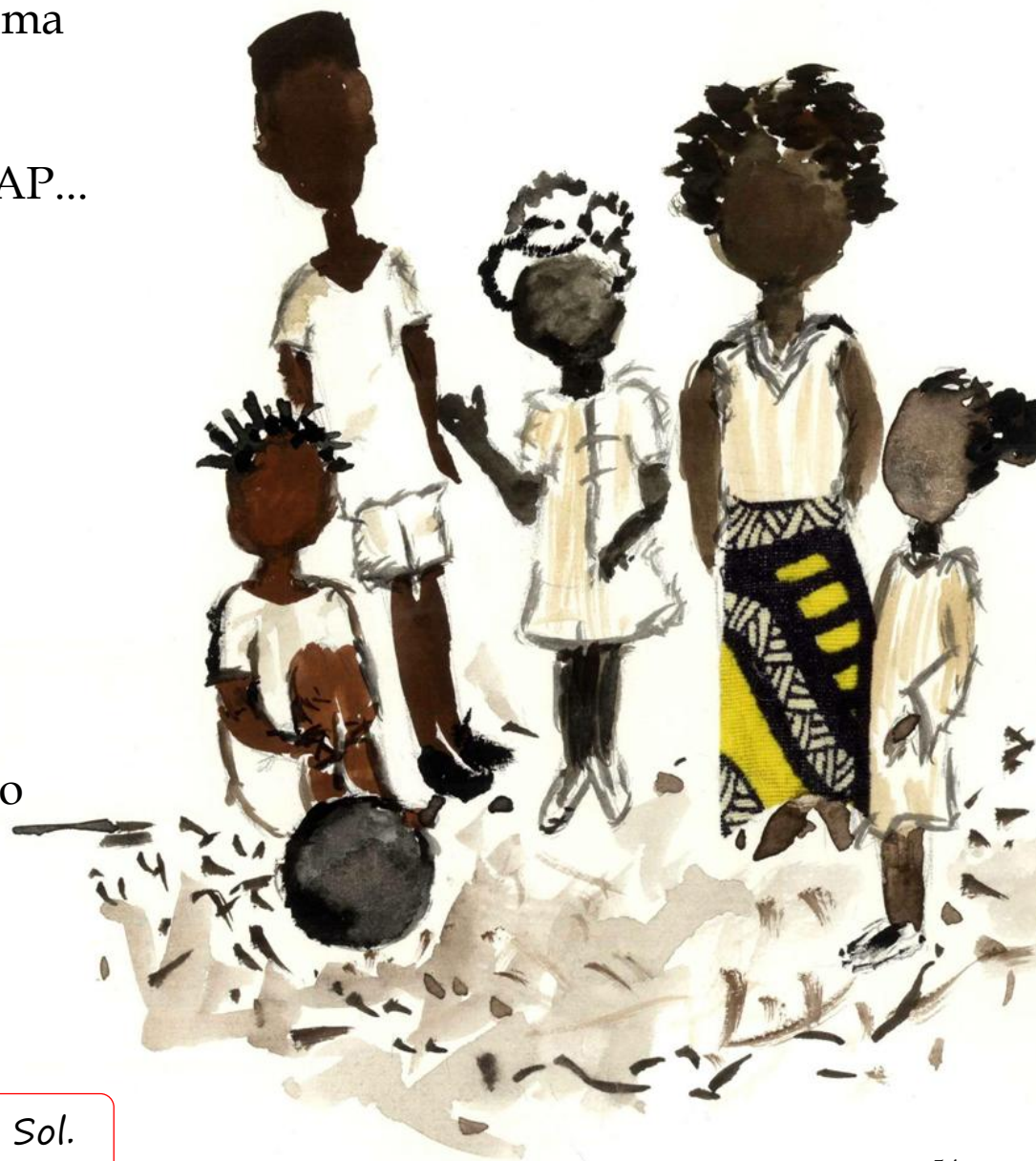
- Como não? - perguntou Kurinzela.

- É um menino!

Kurinzela então explicava:

- Nsuwa possui uma identidade de gênero que não corresponde ao seu corpo físico.

- E o que é identidade de gênero Kurinzela?



Nsuwa, na língua Emakhwa quer dizer Sol.

- É a forma como vejo e sinto meu corpo. Ela pode ser diferente de como nasci. Assim, se nasci com um corpo feminino posso me ver e sentir minha presença no mundo como menino. Pessoas que se identificam como meninas e meninos, mas possuem características físicas diferentes devem ser respeitadas e viver plenamente tendo todos os direitos assegurados.

- Vocês gostam de brincar com Nsuwa, não gostam? Ela é inteligente, brincalhona e carinhosa! Todos nós temos uma identidade de gênero e Nsuwa também! Vocês encontrarão muitas crianças, jovens e adultos diferentes de vocês, com suas identidades em construção. As vezes é difícil lidar com a diferença, não é?


- É um bocado.

- Mas convivendo com pessoas diversas aprendemos que a diferença é o que pode nos fazer crescer e ser melhores.



Você conhece Audre Lorde?

Ela foi uma escritora e feminista nascida em 1934 nos Estados Unidos. Para Audre Lorde, as diferenças não devem ser apenas toleradas, mas vistas como a base para fazer nossa criatividade faiscar, brilhar. Com a diferença podemos ser muito mais!



Kurinzela com sua Capulana Encantada traz às costas uma menina. Ela se chama Ethutu, significa em Emakhuwa Flor.

Ethutu está sendo *belecada* por Kurinzela porque algumas pessoas acreditam que a violência é a melhor forma para lidar com crianças.

Toda criança deve ser protegida de todo tipo de violência. E atos violentos devem ser denunciados.

Em muitos lugares pelo mundo a violência de gênero tem interrompido a vida de milhares de crianças e jovens.

Kurinzela tem um longo caminho pela frente muitas crianças e jovens precisam de sua Capulana Encantada.

Vai Kurinzela!



Outro dia Kurinzela me disse:

- Cada história é única. Em Moçambique existem várias crianças, cada uma com uma trajetória diferente. Mas muitas pessoas acham que todas as histórias são iguais em África, inclusive as histórias de meninas e mulheres. Por isso sempre digo que existem várias Áfricas. Moçambique é uma delas com várias regiões bem diferentes.

Chimamanda Ngozie Adichie, uma escritora da Nigéria diz que é perigoso contar apenas uma história sobre determinado assunto, lugar e pessoa.

Isso, nos faz pensar em várias Áfricas além das imagens que vemos na televisão, nos filmes ou na internet.

Áfricas, nas quais muitas meninas envoltas em capulanas encantadas sonham, florescem e ajudam o mundo a ser melhor.

**Chega ao Fim uma de muitas histórias de
Kurinzela.**

**Se você tivesse uma Capulana Encantada
o que você faria?**

Nesta história, Kurinzela utiliza vários jeitos diferentes de amarrar sua Capulana.
De qual forma você usaria uma capulana?



Amarrada as costas para carregar crianças, chamamos de *belecar*.



Aqui a capulana é envolvida no corpo e suas pontas amarradas atrás do pescoço. Com a capulana assim você terá um lindo vestido.



Que tal fazer da capulana um turbante exuberante?



Você pode fazer uma saia longa, envolvendo as pernas e os quadris e prendendo as pontas da capulana na cintura.

Kapulana Hip-Hop

A cantora moçambicana Iveth Mafundza possui uma música sobre capulanas chamada Kapulana Hip-hop.

Nesta música Iveth faz referências e críticas a participação das mulheres na cultura hip-hop.

Kapulana Hip-Hop

Da velha à nova escola, eu vejo cá resquícios
Da tua vivência... não há plebeus e patrícios
Nesta terra de todos, onde as artes são os vícios
Um hip-hop só deles são pensamentos fictícios

Não há alas nesta casa, não há fascistas do *Salaza'*
O contrário só atrasa, é uma eterna *babalaza*
Da arte, deste vício do Hip-hop cultura
Seifar-te? É um acto digno de censura

E tens espaço tu, vá quebre o tabu
Mostra o teu potencial, tu és um *granda boom*
Há espaço para mulheres no Hip-hop a *kaya*
E para subires, não precisas baixar a saia

E com um *flow* consciente, *there you go* sempre em frente
diga sou independente, revoluciono a mente
menina, adolescente, jovem, adulta ou *kokwana*
há inscrições abertas para o Hip-hop Kapulana!

Com um estilo feminino
(Mais Ginas, Fat Laras, Sexy Flows, Iveths
Um punho leonino
Henvs, Real Ladies,
queremos mais, mais *female mc's*)
Um saber genuíno
Kapulana Hip-Hop

Mostra apenas teu talento e não teu corpo filha
Não compactues com o sistema que te humilha
Não vendas a alma, a dignidade e trilha
Teu caminho e cedo veras que já 'tás a milhas

E sem medo, teu próximo passo é mesmo avanço
'tá na hora de dar a cara... criar balanço
Tu tens a faca e o queijo, diga não pestanejo
Vá rebenta com os *mics* que é teu maior desejo

Queremos mais *Mc's*, mais Ginas CBCs
Fat Laras, Sexy Flows a porém os pontos nos is
Mais Henvs, Real Ladies, mais novatos perfis
Com Hip-hop enraizado em mentes de
imperatriz

E se cais vá levante, o caminho é avante
optimista no semblante, que o rumo é distante
há que manter a força, *female mc* (digo) não
distorça

E procura apoio
separa o trigo do joio
É que sem regras, sem estares às cegas
Sem *beggas*, femina ao Hip-Hop te entregas

E as correntes se quebram, há menos um recluso
Há menos uma *female* mc em desuso....em desuso
Kapulana Hip-Hop

Com um estilo feminino
(Mais Ginas, Fat Laras, Sexy Flows, Iveths
Um punho leonino
Henvs, Real Ladies,
queremos mais, mais female mcs)
Um saber genuíno
Kapulana Hip-Hop

Esta é para as minhas manas (Kapulana Hip-Hop)
Há espaço para nós manas (Kapulana Hip-Hop)
Se duvidas aí te enganas (Kapulana Hip-Hop)
Venham jovens, *cotas* e *kokwanas* (Kapulana Hip-Hop)

Você pode assistir ao clipe Kapulana Hip-Hop neste endereço:
<https://www.youtube.com/watch?v=LqZzswvl0YA>.

Atividades Sugeridas

Atividade com o Livro “Kurinzela e sua Capulana Encantada”

Duração: 1 hora e 30 minutos

Materiais: o livro-texto poderá ser apresentado em slides por professores/as ou oficinairos/as. Outra possibilidade é utilizar a versão física do material e promover uma roda de contação de histórias.

Para a confecção de outras histórias encantadas serão necessários: caneta ou lápis e papel.

Objetivo: Discutir com os/as participantes sobre gênero em um contexto nacional africano utilizando a capulana como veículo para falar do universo feminino moçambicano.

- 1) Explicar os objetivos da aula ou oficina: debater sobre relações de gênero, recorrendo à capulana como símbolo do feminino em Moçambique e em consequência disso, discutir sobre a diversidade africana a partir do contexto moçambicano.
- 2) Apresentar o livro-texto e contar a história de Kurinzela por slides ou com o livro físico.
- 3) O/A oficinairo/a ou professor/a poderá utilizar-se das notas explicativas para esclarecimentos de palavras ou conceitos presentes na história após a leitura.
- 4) Depois da leitura, pode ser exposta aos participantes a origem da capulana e sua construção como símbolo do universo feminino. A interação pode acontecer mediante perguntas como: Vocês já conheciam a história das capulanas? Como vocês imaginam a vida das meninas moçambicanas e de outras partes do continente africano?
- 5) Falar do olhar sobre outras Áfricas, proporcionado pela história das capulanas, para além das imagens veiculadas em meios de comunicação como por exemplo: savanas, guerras, pobreza e crianças soldados.
- 6) Fazer as seguintes perguntas: Por que Kurinzela usa sua capulana encantada para falar com meninas?
- 7) Explicar o que são papéis de gênero. Por que funções e atividades impostas a homens e mulheres podem ser prejudiciais? Qual o impacto das desigualdades em direitos para meninas?
- 8) Como sugestão pode ser feita também uma oficina de escrita, na qual as/os participantes poderão escrever histórias com heroínas e heróis. Os personagens podem remeter aos próprios participantes, ou representar alguém de sua família e comunidade que os inspirem a fazer e ser mais do que os padrões de gênero impõem. Essa parte tem a finalidade de mostrar que meninas e meninos podem ocupar o lugar de protagonistas em suas vidas e na sociedade.

O responsável pela oficina pode, para finalizar, conversar sobre a diversidade do universo feminino no continente africano, as dinâmicas e trocas estabelecidas entre mulheres e como as diferenças de gênero são construídas em diversos contextos, (re) produzindo desigualdades e violências.

Atividade com o curta-metragem *Phatyma*

Duração: 1 hora

Materiais: O curta-metragem possui acesso livre pela internet.

Objetivo: ser um suporte para a leitura do livro “Kurinzela e a Capulana Encantada” e para o debate sobre as relações de gênero em Moçambique.

O texto do filme foi escrito pelo cineasta brasileiro Luiz Chaves e pela escritora moçambicana Paulina Chiziane – conhecida por escrever sobre o universo feminino das mulheres moçambicanas. O tempo de duração do curta-metragem é de 9 minutos e 49 segundos.

O filme mostra a vida da menina moçambicana Phatyma, moradora da região sul de Moçambique, e que sonha com um futuro diferente de sua mãe e de sua avó. A personagem questiona algumas práticas culturais que determinam o papel desempenhado pelas mulheres na família e na comunidade. O curta faz uma discussão a respeito da tradição e da modernidade na vida de determinadas mulheres do sul de Moçambique.

Sendo assim, o filme é mais um instrumento para as discussões sobre os papéis de gênero. Várias cenas do curta-metragem trazem um cenário composto por capulanas, como a que Phatyma questiona a trajetória semelhante de sua avó e de sua mãe.

As atividades a serem realizadas com o filme podem ser:

- 1) Indagar sobre as impressões que as/os participantes tiveram do filme.
- 2) Questionar as/os participantes sobre o desejo de Phatyma em querer um futuro diferente de sua mãe e avó.
- 3) O que são sociedades patriarcais?
- 4) Quais as funções relacionadas às mulheres e aos homens no filme?
- 5) De acordo com o filme, por que os papéis de gênero interferem na vida de Phatyma?
- 6) Perguntar qual cena chamou atenção no curta-metragem.
- 7) Perguntar se alguma cena do vídeo pode ser identificada com a realidade das/dos participantes.
- 8) Indagar se as características vistas como exclusivas de homens e mulheres produzem desigualdades e por quê.

A finalização da atividade pode ocorrer com uma conversa sobre o que é patriarcado e suas consequências na determinação de papéis e violências relacionadas ao gênero.

O objetivo deste material didático é ampliar as visões e discussões sobre o feminino em Áfricas, observar e conhecer a gama de culturas, práticas e conexões que envolvem as mulheres moçambicanas. Por isso, o material didático configura-se em um instrumento para aplicação da História e Cultura Africana, de acordo com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Nhozie. **O perigo de uma história única**. TEDx, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- CHAVES, Paulo; CHIZIANE, Pauline. **Phatyma**. Maputo: Africa Makya, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBKbFGxM1-k>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- CHIZIANE, Paulina. **Niketche**: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NELLY, Octávio Gonçalves. **Línguas de Moçambique**: vocabulário de Emakhuwa (central). Nampula: SIL Moçambique, 2010. Disponível em: http://lidemo.net/2010/docs/vmw_p000565.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.
- NORONHA, Rui de. **Os meus versos**. Org. Fátima Mendonça. Maputo: Texto Editores, 2006. Disponível em: http://www.antonimiranda.com.br/poesia_africana/mocambique/rui_de_noronha.html. Acesso em: 13 jan, 2017
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender. Acesso em: 05 jan. 2017.
- SILVA, Luciane. **Trilhas e tramas**: percursos insuspeitos dos tecidos industrializados do continente africano, a experiência da África oriental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000434151>. Acesso em: 1º dez. 2016.
- SOUSA, Camilo; NORONHA, Isabel. **Na dobra da capulana**. Moçambique: MOCIK, 2014. 1 CD.
- TORCATO, Maria de Lourdes; ROLLETTA, Paola. Capulanas. In: Missangas (Org.). **Capulanas e lenços**. Portugal: Missangas, 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA**

Denise do Nascimento Santos

**Um Caminho Para Si
ou
Portfólio Apresentado à Especialização em História da África**

JANEIRO
2017

Poema n. 4
Você me chama
de "irmã"
não pelo fato de você
ser meu sangue
mas porque
você entende
os tipos de tragédias
que nós duas sofremos
pra voltar ao amor
e nos amar
de novo
&
de novo
Ijeoma Umebinyuo
(Tradução Bianca Gonçalves)

Carta de intenção: Reescrita ou Escrevivência.

Eu sou Denise do Nascimento Santos, filha de Sônia Maria do Nascimento Santos, irmã de Kátia do Nascimento Santos e filha de Joaquim Correa dos Santos. Habitei por muito tempo o espaço da não-beleza, do não-ser e hoje me torno a cada dia Denise do Nascimento Santos.

O maior motivo de estar hoje no Curso de Pós-graduação em História da África é a busca por mim mesma, as construções e desconstruções que levam ao que sou. Tudo o que eu fiz até hoje em relação a questão racial, as participações no Grupo de Estudos Consciência e Realidade, no Encrespa Geral, no Grupo de Estudos Afrikas, no Coletivo PretAção foi um caminho para alcançar liberdade, amor, crescimento e empoderamento pessoal.

Apesar de ser graduada em Administração e especialista em Literatura e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Federal de Juiz de Fora, durante muito tempo eu acreditei que meu corpo era um corpo estranho na UFJF. Quando cursei Administração me senti como Audre Lorde: uma sister outsider em um espaço que depois de algum tempo descobri ser elitista e branco, ou melhor, aprendi quais palavras poderiam nomear aquela parte da UFJF e o tempo no qual estive lá. Por isso, foi cursando a Especialização em Literatura e Cultura Afro-brasileira que percebi a Universidade como um espaço também meu. Cursar essa especialização foi decisivo para eu voltar a ver os estudos como fonte de prazer, me construir como pessoa negra e começar os estudos sobre a questão étnico-racial.

A partir dessa Especialização comecei também a deixar meu cabelo natural crescer, precisamente em 1º de julho de 2013. Cito o crescimento do cabelo porque ele é parte fundamental da minha reescrita de vida. A transição capilar (período em que o cabelo quimicamente modificado e o cabelo natural coabitam um mesmo fio) foi uma fase intensa na qual encontrei outras possibilidades de existência além do embranquecimento e da não-existência (FANON, 2008). Meu cabelo crespo é o ponto central da minha construção identitária, cabelo é corpo e a partir disso pude me perceber, me enxergar.

Em 2014 comecei a participar do Grupo de Estudos Consciência e Realidade sendo fundamental para mim, o estudo de obras consideradas clássicas sobre a questão do/a negro/a em Diáspora. Sem falar que conheci Frantz Omar Fanon – um encontro desse a gente nunca esquece!

Em 2015, eu descobri as Áfricas pelos olhos de Mariana Gino. Foi por incentivo dela que ingressei no Grupo de Estudos Afrikas.

Meu contato com o Grupo de Estudos Afrikas foi o início dos meus estudos, da desconstrução dos meus imaginários sobre África e da certeza de que estudar é parte integrante do que sou. Além disso, o contato com uma professora negra (confesso que na primeira vez em que participei de uma reunião do Afrikas meu pensamento inicial foi: “aposto que é uma professora branca”. E logo após a reunião a segunda frase que disse a Mariana Gino foi “a professora é preta”), assumidamente oriunda da Baixada Fluminense e que fez do estudo, dos livros e principalmente do continente africano uma forma de vida, me fascinou e inspirou mais que tudo.

Antes de entrar no Afrikas acreditava que a ligação entre a minha vida e o continente africano era direta, principalmente por eu ser negra. Eu me via como uma parte da África no Brasil, sem estudar sentia que sabia tudo do continente. Roupas coloridas e brincos eram instrumentos suficientes para achar que eu valorizava “minha origem africana”. Então, descobrir que o africano é o Outro foi uma descoberta desconcertante, mas de extrema relevância para repensar os estudos adquiridos no Grupo de Estudos Consciência e Realidade e em espaços de militâncias negras.

Nesse sentido, repensar as coisas que aprendo na Pós é ser menos prepotente ao achar que os poucos livros lidos antes da Especialização são suficientes para conhecer a História dos negros no Brasil e dos africanos. O exercício diário de leitura dos artigos e livros, bem como as aulas me fazem entrar em contato com esse Outro africano e por meio disso me descobrir (Thomaz, 2016).

Destaco o livro *Americanah* de Chimamanda Ngozie Adichie; a aula da Professora Ana Mônica e a polêmica sobre a escravidão no continente africano; o artigo de Renato da Silveira sobre o racismo (fundamental para meu aprendizado e atuação em Coletivos) apresentado na aula do Professor Marcos; as lágrimas da Professora Perses falando sobre deixar o aluno descobrir quem ele é; o olhar e as falas de surpresa da colega Helenice ao descobrir as Áfricas em algumas aulas; a visita emocionante ao Museu da Maré com a Professora Sônia Regina e a roda com a Professora Gisela e o pan-africanismo e as Áfricas nas aulas da Professora Fernanda Thomaz.

Ainda tenho muito para aprender!
“Escolher escrever é rejeitar o silêncio”. Chimamanda Ngozie Adichie

Meninas Preta: aquelas meninas/mulheres que fui e sou.

Da menina

“Eu destruí bonecas brancas.
Mas o desmembramento de bonecas não era o verdadeiro horror. O que realmente aterrorizava era a transferência dos mesmos impulsos para garotinhas brancas. A indiferença com que eu poderia trucidá-las era abalada apenas pela minha vontade de fazer isso. Para descobrir o que me escapava: o segredo da magia que elas exerciam sobre os outros. O que é que fazia as pessoas olhar para elas e dizer ‘Aaaaaahhhhhh’, mas não para mim?”
Toni Morrison, O Olho mais Azul.

O meu contato com o mundo do saber aconteceu na minha casa. Minha mãe, Sônia passou para o curso de Administração da Faculdade Machado Sobrinho mas acabou não dando continuidade aos estudos – creio que por ciúmes do meu pai. Meu pai, Joaquim, concluiu o ensino fundamental e o médio há 15 anos.

Na minha casa sempre houve uma quantidade muito grande de livros e enciclopédias, por causa disso minha vontade de ler e escrever quando criança era imensa. Eu também ficava fascinada com as coisas que minha mãe podia fazer: roupas, pinturas, o crochê, o tricô, tudo era arte, tudo podia ser transformado em belo.

Meus anos iniciais de escolarização (05 e 06 anos) aconteceram no Jardim de Infância Santa Clara, uma escola de freiras que fica na rua onde moro no bairro Progresso.

Não havia nenhum estudo voltado para a questão racial. Nessa escola eu sentia uma diferença entre eu e as meninas brancas da escola. Algumas delas vinham de famílias em condições financeiras melhores, por isso determinados comportamentos repreendidos pelas professoras eram aceitos quando praticados por essas meninas. O uso do batom, por exemplo, era proibido, porém as meninas mais ricas (e brancas) podiam usar. Essas crianças também tornavam-se as rainhas da primavera ou as noivas das quadrilhas. Isso acontecia porque tinham mais dinheiro para comprar as rifas que elegiam, a partir da maior quantidade vendida, esses postos.

Hoje, depois de algum tempo eu percebo que havia também uma diferença de tratamento: as meninas brancas eram mais tocadas, na verdade não me lembro de nenhuma demonstração de carinho em relação a mim nessa fase e na minha infância.

Também não fui muito tocada em casa – isso dói e ainda é uma cicatriz. Minha mãe sempre cuidou, brigou muito por mim e pela minha irmã Kátia mas a demonstração física era quase inexistente. Minha mãe brincava, conversava, valorizava nossas conquistas – cada vez que passávamos de ano ela comemorava fazendo festa ou comida diferente mesmo nas dificuldades – contudo, o contato físico era algo reservado a momentos como na hora de trançar o cabelo onde eu podia deitar em seu colo e ouvir sua respiração.

O contato com o meu pai não existiu, ele trabalhava o dia inteiro por isso só o víamos a noite quando chegava. Nos finais de semana ele bebia. Eu podia diferenciar pelo jeito do portão abrir se ele estava bêbado. Quando ele bebia, era muito agressivo principalmente com minha irmã que sempre o enfrentou. Meu pai sempre foi extremamente exigente e devido às condições de vida difícil que ele teve morando na cidade de Coronel Pacheco. Todos os modelos e padrões do que é uma família com sucesso e felicidade são usados por ele: a melhor profissão seria na área jurídica ou militar, o melhor bairro longe da favela onde sempre moramos, a melhor música era a clássica diferente do funk que gostávamos de escutar. Existe um modelo para ele do bom e do ruim, por não nos encaixarmos nele, eu e minha irmã fomos de alguma forma xingadas, agredidas e colocadas no lugar daquelas que “não vão conseguir nada na vida”. Essas cobranças começaram a acontecer desde muito cedo quando ainda éramos crianças e tinham uma intensidade maior quando meu pai bebia.

Vivi por muito tempo uma ansiedade e cobrança muito grande por não ser aquilo que ele queria. E sinto, hoje com menos intensidade, mágoa pela falta de afeto.

Da 1ª à 4ª série eu estudei na Escola Estadual Coronel Antônio Alves Teixeira do meu bairro e também não estudei nada sobre questão étnico-racial. A grande professora que tive nesse período foi Dona Dalzenir na 4ª série, uma mulher bem séria – ela havia perdido o filho em um acidente de carro. Ela “arrasou” na educação sexual e em ensinamentos que valorizavam a atuação cidadã e solidária dos sujeitos.

Meus cabelos viviam trançados e na 3ª série já começava a passar henê. Dona Ana, minha professora nesse ano, elogiou o brilho dos meus cabelos em uma aula, mas era a grande quantidade de óleo de lavanda que eu passava. Não lembro de nenhum elogio em relação a minha estética apenas esse. Eu era muito elogiada pela minha inteligência, mas ainda sim nesse período não era tocada.

Da adolescente

“Aí Pecola fez uma pergunta que nunca tinha me passado pela cabeça. ‘Como é que se faz isso? Quero dizer, como é que a gente faz alguém amar a gente?’ Mas Frieda estava dormindo. E eu não sabia”.

Toni Morrison, O Olho mais Azul.

A partir da 5ª série eu parei de trançar meu cabelo, mas minha mãe continuava a “arrumar” ele fazendo um penteado. Com o tempo ela se cansou e tive de começar a cuidar dele sozinha. Desde aquele momento eu achava difícil cuidar sozinha do que eu trazia na cabeça, então esse momento de ruptura foi importante e complicado. Na televisão, o programa *Malhação* começava a fazer sucesso entre os adolescentes; meu pai começava a falar sobre a importância de estudar e chamava a atenção para todos os negros que apareciam na TV desempenhando funções como a de médicos, cientistas ou advogados. De uma forma mais intensa eu começava a perceber a diferença entre eu e outras garotas brancas.

A lista das mais bonitas e das mais feias começavam a me causar ansiedade. A própria palavra beleza me deixava ansiosa. Na lista das mais bonitas, eu era uma das últimas, às vezes dentro de mim até agradecia por ter alguma menina considerada mais feia do que eu. E na lista das mais feias, uma das primeiras. Há pouco tempo foi que me lembrei dessas listas lendo um texto no site *Blogueiras Negras*. Eu passava a não existir no espaço da beleza, fazia parte do lugar da não beleza. Uma hierarquia se estabelecia na minha cabeça e eu estava na base: não era bonita, não agradava meu pai e o questionamento sobre minha existência no mundo tomava forma e impulso. Por que eu existia?

Da 5ª à 8ª série tive disciplinas em História sobre o Egito, principalmente em relação aos faraós, e para mim foi mais uma decoreba danada para gravar quem governou em qual época.

Na 6ª série a professora de História havia pulado a parte da escravidão no Brasil dizendo que falaria do assunto mais tarde, mas o tema nunca foi abordado por ela em sala. Em Geografia lembro de ouvir falar de África na hora em que tínhamos que decorar quais eram os cinco continentes do planeta Terra.

Nessa época também comecei a frequentar a biblioteca da escola com mais frequência lendo muitos livros de suspense, aventura e poesia. Eu lia muito, quase um livro por semana e

continuava como uma das alunas com as melhores notas. O comportamento já não era tão bom, conversava muito.

Na sétima série comecei a me tornar representante de sala, a partir daí comecei meu envolvimento com leituras sobre o movimento estudantil no Brasil principalmente no período da Ditadura Militar. Fiquei fascinada com as lutas dos estudantes por liberdade e comecei uma agitação para a formação do grêmio estudantil na escola.

A formação do grêmio não aconteceu, lembro que recebemos ajuda de um pessoal do PSTU que visitou a escola para falar sobre manifestações de estudantes secundaristas. Foi na 7ª série que participei da minha primeira manifestação pelas ruas de Juiz de Fora. Fiquei muito emocionada, porém decepcionada ao receber de um dos homens que nos ajudava na formação do grêmio uma bandeira do PSTU para ir balançando pela passeata. A propaganda luta e conscientização dos estudantes secundaristas se resumia a balançar uma bandeira de partido?

Depois, fomos convidados (eu mais outros colegas que estavam na formação do grêmio) para participar de uma assembleia na UFJF na faculdade de Engenharia e lá aconteceu uma votação, na qual participei sem saber o que estava sendo decidido. Esses episódios me deixaram um pouco decepcionada, sentia que a “luta estudantil” era para os estudantes de escolas públicas do centro da cidade e de escolas privadas. Como não recebemos apoio da escola, de professores e da União de Estudantes Secundaristas nosso projeto não foi adiante.

Na 8ª série a questão racial – por meio de piadas e agressões começava a me incomodar. Vi numa banca uma revista chamada “Raça Brasil” e comprei. A revista era feita por e para pessoas negras. No final da edição, uma mulher negra relatava o quanto olhar-se no espelho era para ela um sofrimento, na medida em que o seu maior desejo era ser branca. No final do relato ela questionava o quanto sua vida teria sido diferente se fosse branca. Pela primeira vez, me vi frente a frente com meu desejo de ser branca. Esse desejo já existia, mas aquela mulher negra foi tão transparente ao escrever aquilo que pude perceber. A revista “Raça Brasil” possuía muitas informações sobre os negros no Brasil e no mundo, inclusive no continente africano, sendo a minha primeira fonte de informações sobre a questão-racial e Áfricas. Assim, passei a buscar na biblioteca da escola e depois na biblioteca Murilo Mendes livros que tratassem desses assuntos. O primeiro livro que li foi de contos afro-brasileiros na

biblioteca da minha escola. Na biblioteca Murilo Mendes peguei o livro “Jubiabá” de Jorge Amado e logo depois a biografia de Nelson Mandela. Eu passei a ler muitas biografias, poesias, obras literárias de escritores e escritoras negras. Encontrei naquelas estantes da Murilo Mendes os livros feministas de Marina Colasanti que conseguiram me explicar o quanto meu pai é machista.

No ensino médio continuei a questionar palavras e expressões racistas ditas por meus amigos e a intensificar minhas leituras utilizando como base as matérias na revista Raça Brasil.

Sobre o cabelo, eu deixei de usar química por um período, alguns meses, contudo andando pela rua do meu bairro um dia ouvi um rapaz rir e dizer que meu cabelo era uma vassoura e desisti de deixá-lo natural. Insisti para minha mãe pagar um permanente afro, fiquei horas sentada, e quando a cabeleireira tinha terminado, entrei no banheiro do shopping emocionada com o que ela tinha me dado: a possibilidade de balançar meus cabelos, de ter um cabelo bom.

Apesar de ler as revistas Raça Brasil, os livros e combater preconceitos em sala, não me sentia bem comigo mesma. Eu via mulheres negras belíssimas nas revistas, Camila Pitanga era meu ideal, mas nunca seria como elas. Minha testa era grande, minhas pernas grossas de mais, meu nariz estranho, ainda não tinha beijado ninguém, queria que algum menino gostasse de mim, mas parecia impossível. Era uma jornada de procura por mim mesma, apesar de todas as leituras não conseguia me encontrar. Então passei a ler também livros de autoajuda, mas o vazio nunca foi preenchido.

Da jovem

Terminado o ensino médio, entrei no Curso Pré-Vestibular Baobá um curso para negros e carentes com mensalidade simbólica. Foi um curso muito importante para mim, pude perceber lá todo o potencial que não conseguia enxergar, mesmo sendo uma aluna com boas notas no ensino fundamental e médio. A questão racial era central no curso, pois este foi constituído por alguns integrantes de movimentos negros de Juiz de Fora. Naquele ambiente, eram realizadas palestras, reuniões motivacionais e encontros com psicólogos do curso.

Nos dois anos que estive no Baobá tentei o vestibular para Direito, o motivo foi agradar meu pai. No terceiro ano, em 2004, pensei em algum curso que pudesse me inserir de

forma mais fácil no mercado de trabalho. Minha escolha pelo curso de Administração não tinha paixão e amor, mas um pouco de vontade de trabalhar em ambiente administrativo, medo de escolher uma profissão que meu pai não gostasse e de não conseguir emprego.

Eu passei em 3º lugar no vestibular para Administração e isso foi muito emocionante. Quando minha mãe contou para o meu pai ele disse que poderia ter sido para a Faculdade de Direito. Assim, ao longo da minha faculdade não recebi nenhum apoio dele, nem mesmo financeiro. Como consegui na época meu primeiro emprego nas Drogarias Pacheco foi com esse dinheiro e a ajuda da minha mãe que me manteve na Universidade.

Tive uma grande dificuldade de relacionamento com a minha turma, não era muito entrosada. A questão étnico-racial na faculdade de Administração, na minha época, foi quase inexistente a não ser pelos tópicos que abordavam a diversidade nas empresas. Contudo, essa parte em algumas disciplinas foram reduzidas a diversidade de gênero partindo da condição da mulher cis e heterossexual.

Em uma roda de conversa sobre racismo e sexismo, ao ouvir uma professora da faculdade de Administração dizer que o curso era racista e elitista foi que pude nomear meus sentimentos no período da faculdade. A maioria dos alunos da minha sala eram filhos de empresários com uma carreira garantida, os pobres não deixavam transparecer suas dificuldades e viviam em ambientes completamente fora do meu contexto, além disso por causa da profissão o curso tinha abordagem e foco extremamente competitivo.

A carreira de administrador começa na faculdade, por causa da grande concorrência no mercado é preciso ser o melhor antes mesmo de terminar o curso. Isso gerou uma ansiedade e medo muito grande em mim. Eu trabalhava na Drogaria Pacheco como caixa, recebia um pouco mais do que o salário mínimo, fazia um curso de inglês com muita dificuldade e dentro de mim achava que aquele não era meu espaço. Entrei em uma fase de grande stress e depressão: não conseguia ler um parágrafo e entender, repeti várias disciplinas, faltava muito às aulas, não compartilhava com ninguém as dificuldades e não me relacionava com meus colegas de faculdade.

Quando completei a faculdade em 2012 foi um alívio, uma libertação e ao mesmo tempo uma dor muito grande por não ter vivido plenamente o sonho de estar na Universidade.

Em 2013, entrei na pós-graduação em Literatura e Cultura Afro-brasileira. Lá, comecei a perceber outras possibilidades de existência. Estudei várias coisas que havia descoberto

antes nas minhas revistas Raça, criei laços, comecei a “viver” nos espaços da UFJF e entrei em contato com a criança negra que eu fui – já que a maior parte dos alunos eram professores e muitos relatos sobre a vivência com crianças e jovens negros passaram a ser compartilhados.

Por meio da especialização em Literatura e Cultura Afro-brasileira e da página Meninas Black Power, senti vontade e coragem de conhecer meu cabelo. Em 1º de julho de 2013 deixei de usar produtos químicos de transformação e começava a participar de encontros de crespas e cacheadas.

Eu comecei a entender meus vazios na Especialização e depois ao tomar contato com páginas que falavam sobre estética negra percebi que a sensação de não me sentir plena ou parte de alguma coisa ou lugar também era resultado do racismo e do machismo. A tentativa de me encaixar a qualquer custo nas exigências do meu pai, dos homens, do que é construído como belo e bom me levou a pensar várias vezes que o melhor seria o fim. O suicídio sempre foi desenhado na minha cabeça como a melhor solução. Para Djamila Ribeiro (2016) o racismo e o machismo definem quais vidas importam e eu, antes de estar na Especialização, de conhecer as páginas de mulheres pretas, grupos e coletivos de discussão, já sabia que a minha existência não contava nas hierarquias construídas pelas opressões.

Mas ao conhecer histórias como a minha, relatos de mulheres pretas que passaram por situações muito semelhantes, comecei o processo de fortalecimento e amor interior – também ajudado por uma psicanalista.

Depois da Especialização em Literatura e Cultura Afro-brasileira entrei no Grupo de Debate Consciência e Realidade em 2014. Conheci Selmara e Mariana e outras obras sobre a questão racial. Tive contato com o livro *Pele Negra Máscaras Brancas* de Frantz Fanon, uma das obras mais importantes que li, e com outras vivências em um grupo formado majoritariamente por mulheres negras

O Grupo me possibilitou estar ainda mais presente na UFJF. Pude colocar os pés de novo na Faculdade de Administração sem medo e sem temer a estranheza dos outros. Tive contato direto com intelectuais negros e militantes dos movimentos negros da cidade aprendendo sobre o engajamento em movimentos sociais.

Em 2014, me tornei uma das organizadoras do Encrespa Geral, movimento e ação de valorização do uso do cabelo sem química que acontece duas vezes por ano em Juiz de Fora. O Encrespa é uma das experiências mais importantes, porque me permitiu fortalecer a decisão

de deixar meu cabelo sem química e valorizar meu corpo. Cabelo é corpo e só pude ser sensível a beleza do meu corpo quando descobri o meu cabelo.

Em 2015, em uma ação na faculdade de Medicina na UFJF foi criado o Coletivo PretAção de feministas negras. Meu contato com o Feminismo Negro e escritora como Audre Lorde, Lélia Gonzales, Bell Hooks e Sueli Carneiro aconteceu nesse período. Com o PretAção participei de ações em escolas públicas e na UFJF. Nas escolas públicas, fizemos uma intervenção na Escola Estadual Maria Ilydia com meninas negras do 6º ano com realidades parecidas com as que eu vivi na adolescência ou muito piores.

A pós em História da África tem sido uma grande possibilidade para eu aprender, rever meus conhecimentos e postura. Essa carta, por exemplo, me fez olhar para minha história, para mim mesma sentir orgulho, dor, amor e continuar a curar as feridas que restam.

A inserção em grupos pertencentes a luta antirracista foi fundamental na minha trajetória, porém em determinado momento eu achei que sabia o suficiente sobre a questão racial. Fazer parte de alguns movimentos pode passar a ideia de que apenas quem está inserido nesse meio é suficientemente capaz para discutir determinados assuntos (ficou confuso?). Na especialização tenho a chance de desconstruir esse pensamento e muitos outros e também descer do “palco” da “militância”. Estou aprendendo também a olhar criticamente determinadas posturas dentro dos grupos os quais faço parte e também refletir sobre o que leio.

A especialização me permite conhecer as Áfricas, a mulher preta que sou e os caminhos que ando percorrendo.

“O negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir.”

Frantz Fanon, Pele Negra Máscaras Brancas.

(...)

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

(...)

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Discurso de Sojourner Truth em 1851 na *Women's Rights Conventio*

Cirandas ou Práticas Pedagógicas, Intervenções e Ações Sócio-educativas

Eu trabalho desde 2014 na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais como assistente administrativo e a primeira vez que realmente pensei em como posso aplicar o que aprendo na Pós no meu trabalho foram nas aulas sobre a construção do portfólio.

A Polícia Militar tem como pilares a hierarquia e disciplina. Eu trabalho na 4ª Companhia de Missões Especiais que agrupa as equipes da Cavalaria, Pelotão de Cães, Pelotão de Choque, Pelotão de Trânsito e ROTAM. Onde trabalho existem apenas 3 mulheres: eu, uma funcionária responsável pela limpeza e uma Cabo que trabalha no Pelotão de Choque em operações policiais.

Eu considero a instituição muito conservadora é como se existisse um padrão de cidadão e cidadã ideal. Este é branco/a, heterossexual, cristão e não escuta funk. Essas ideias estão presentes nas horas em que estou trabalhando lá.

Há um tipo identificado como bandido, o vagabundo, inclusive essa é uma categoria que engloba toda a população negra e pobre. O vagabundo tem todas as características fisiológicas, morais, psicológicas e culturais determinadas por Camper, Gall, Broca e Lombroso. O vagabundo é parecido com meu sobrinho, meu pai, meus amigos, se eles não se comportarem como o cidadão de bem.

Quando estava nos primeiros meses trabalhando na Polícia Militar ouvia com frequência piadas dirigidas aos policiais negros (uma grande parcela dos policiais que compõem a Companhia são negros) chamando-os muitas vezes de macacos, piadas racistas. Nesse período, eu não usava meu cabelo solto, eu estava em transição e ia todos os dias de cabelo preso. Quando comecei a usar meu cabelo crespo solto para ir trabalhar eu senti que as piadas e “brincadeiras” racistas deixaram de ser ditas na minha presença. Meu corpo começava a falar por mim nesse ambiente.

Não há nenhum treinamento em relação a questão étnico-racial, gênero ou diversidades. Surgem muitos convites de entidades e movimentos sociais para que algum representante da Polícia Militar participe de reuniões, assembleias, conferências ou outros encontros que tenham por finalidade discutir não apenas propostas de segurança pública menos violentas, mas também pautas ligadas à violência contra jovens negros, população LGBTQTTI ou populações em situações de vulnerabilidade, os convites são sempre recusados.

Acredita-se na instituição que o papel do policial já é cumprido ao combater a criminalidade, por isso participar destes eventos não é relevante.

Fico pensando se como Cesare Lombroso o mais importante para a Polícia Militar é o criminoso. Não sei se na bibliografia dos treinamentos dados aos policiais as obras de Lombroso estão presentes, mas na ideologia que rege as ações dos servidores da PM com certeza está.

Por isso, sinceramente não sei se posso interferir de alguma forma no meu trabalho com o curso. A minha atuação fora da PM e minha aparência transmitem uma mensagem de orgulho e engajamento na questão racial, quem trabalha comigo sente isso e eu sinto o respeito e muitas vezes o embaraço de quem é racista ao constatar esses elementos em mim.

Meus outros trabalhos, na Drogarias Pacheco e na Prefeitura de Juiz de Fora, também não tiveram nenhuma abordagem em relação à questão racial.

Nas Drogarias Pacheco, trabalhei como operadora de loja e atendente de balcão. Quando estava lá o segurança que tomava conta da loja também era responsável por olhar nossas bolsas quando terminava o expediente. Quem roubava tinha um fenótipo pré-determinado era o perfil esperado e mesmo antes de comprar qualquer coisa os “suspeitos” de roubo eram observados na loja.

Na Prefeitura de Juiz de Fora trabalhei no Almoxarifado Central, primeiro no setor de insumos e materiais de enfermagem e depois na parte administrativa.

As únicas mulheres negras que trabalhavam no Almoxarifado, sem ser nos serviços de limpeza, eram eu e Juliana – enfermeira que estava quase aposentando-se. Nós separávamos materiais e insumos para os setores de saúde de Juiz de Fora, carregávamos caixas, montávamos pallets, cuidávamos de todo o almoxarifado de enfermagem.

Meu cargo era de assistente administrativo, mas como na descrição do cargo estavam inseridas várias funções fui encaminhada para este setor. Acho que inconscientemente o critério foi colocar alguém que “aguentaria” carregar caixas tanto quanto a Juliana – que é negra. Nenhuma das mulheres que trabalhavam na administração (brancas) não suportaria o trabalho, contudo nós poderíamos suportar. O estereótipo da mulher negra e forte estava lá, Juliana tinha na época 50 anos e carregava caixas de até 20 quilos. Pouquíssimos foram os momentos que vi algum supervisor ou mesmo o chefe do departamento atentar para as condições de trabalho nas quais ela ou eu estávamos. Só quando o almoxarifado de

enfermagem foi desfeito foi que Juliana, com quase 10 anos trabalhando ali, e eu fomos realocadas: ela para uma área de enfermagem e eu para trabalhar na administração.

“E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.

Lélia Gonzales, Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.

Colchão de Retalhos ou Esboço de Projeto

Quando uma Preta Fala ou Escreve

Na elaboração da proposta pedagógica estou considerando minhas experiências pessoais e em movimentos sociais, meu lugar de fala ou grito na sociedade e o aprendizado na Pós.

Como não sou professora mas já atuei em escolas e alguns projetos escolhi elaborar meu projeto no formato de oficina.

Um projeto que mostre o potencial do discurso, escrita, intelectualidade, autoestima e sororidade de/entre mulheres negras africanas é meu objetivo.

Nós mulheres negras, rompemos o silenciamento e subvertemos a ordem de uma sociedade na qual os padrões hegemônicos estão centrados no ideal masculino branco desde quando a primeira Preta pisou nesse chão. Dessa forma, o não lugar, ao qual as mulheres negras são inseridas tendo em vista a interseccionalidade entre raça, gênero e classe é transformado em espaço de lutas e resistências, individuais e coletivas.

De acordo com Fanon (2008, p. 33) “falar é existir absolutamente para o outro”, sendo assim a interferência nas narrativas produzidas por mulheres negras é por conseguinte um interruptor do ser no mundo, é uma negação construída pela ideologia do racismo, vivenciada no período escravista brasileiro e que permanece no cotidiano ao ser materializada na construção de imagens estereotipadas que deslegitimam o poder de fala e escrita das mulheres negras. Nesse sentido, racismo e sexismo juntos promovem o epistemicídio da intelectualidade feminina negra (SUELI CARNEIRO, 2009).

Meninas e jovens negras, em muitos casos convivem com uma série de estereótipos ligados a vivência de sua intelectualidade. Os imaginários que circundam as mulheres negras de certa forma impedem e minam as diversas possibilidades de expressão ainda na juventude. A atividade intelectual, poucas vezes, e também por causa da ínfima visibilidade, é associada a mulheres negras.

O discurso, também se torna campo de estereotipação quando uma negra fala. Cabe a ela o lugar de barraqueira, minha mãe é uma. Toda vez que exige seus direitos ou enfrenta posturas que a tentam colocar em um lugar de submissão é classificada como difícil, arrogante ou barraqueira. Conheço outras, acadêmicas ou não que são colocadas nesse espaço por não estarem “no seu lugar”. Também esta classificação configura-se em um processo de deslegitimação da fala e da intelectualidade de mulheres negras.

As realidades entre pretas brasileiras e pretas africanas é diversa, eu sei. Não somos africanas mas brasileiras, no entanto, ser negra e estar confortável em sua própria pele traz impactos positivos para pretas de todas as idades. Apresentar a escrita de uma mulher africana é desfazer as representações negativas sobre a falta de poder destas nas sociedades africanas. Sendo assim, as africanas estarão no centro da construção do projeto de forma a desconstruir os imaginários sobre estas e mostrar o seu protagonismo em algumas sociedades africanas.

Coloca a linha na agulha primeiro!

Eu ainda não tenho certeza de qual objeto vou utilizar no projeto!

Penso em utilizar o romance “Hibisco Roxo” Chimamanda Ngozie Adichie ou Niketche de Paulina Chiziane (ainda estou lendo o livro). Em alguns projetos que participei o ato de contar de histórias envolve as pessoas, além disso a partir de um romance ou conto é possível compreender como a sociedade, cultura e costumes são percebidos pelos próprios africanos.

Ainda não tenho ideias concretas (por isso não consegui escrever muita coisa) mas o tema escolhido: gênero!

“Num contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca como esta cultura, nenhuma negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente.”

Bell Hooks, Intelectuais Negras.

Um Caminho para Si ou Considerações Primordiais

Um branco vai ler meu portfólio...

Um homem branco vai ler meu portfólio...

Ele vai entender, do alto dos seus privilégios como homem branco, o que uma mulher negra escreve?

Vou mentir, descaradamente invento outras histórias, escondo as dores, digo que possuo o discurso, li Fanon. Um homem branco pode ter empatia, solidariedade, pode estar envolvido com a questão étnico-racial no Brasil e suas lutas? Vai entender que sou uma mulher negra?

Respirei fundo, diminui a arrogância, confiei um pouco mais quando ouvi dele em uma aula, referências a Bell Hooks e enfim mostrei aquilo que sou.

E avançamos num corpo a corpo com a própria negrura ou com a própria brancura, em pleno drama narcisista, cada um enclausurado na sua particularidade, embora, de tempos em tempos, com alguns vislumbres, ameaçados contudo pelas origens. Frantz Fanon, *Pele Negra Máscaras Brancas*.

Ia escrever um monte de coisa (assim no singular mesmo) para terminar mais um capítulo desse portfólio, mas hoje (dia 10 de novembro de 2016) participei de uma oficina sobre Imaginários e África.

Primeiro, é só mais um capítulo que termina porque os resultados da Pós em História da África terão para minha vida consequências muito prolongadas. Não acaba aqui, nem no final do mês: abrem-se novos caminhos com menos certezas, prepotências, com mais prazer, questionamentos e novas possibilidades.

Segundo, sobre a Oficina... Foi minha primeira experiência falando de África. A oficina aconteceu para egressos do sistema prisional. Com imagens e usando muito do conhecimento das aulas falei sobre outras Áfricas, as que estão longe dos filmes Hollywoodianos, da selva proclamada pelo racismo do século XIX ou pela campanha imperialista.

Falei de África porque a Especialização devolveu minha voz, meu protagonismo dentro da Universidade, encontrei a mim mesma como tinha colocado na primeira parte do portfólio.

Falei para uma maioria de jovens negros que enxergaram, ouviram, pensaram sobre uma parte do mundo que também é deles. O mundo é deles mas eles ainda não sabem disso, nem eu sabia.

Falei para jovens negros que estavam lá “pra cumprir” a obrigatoriedade de participar de reuniões que atestam a “reinserção” na sociedade. E eles gostaram! Guardo comigo hoje as palavras de Édouard Glissant ditas pela Professora Enilce Albergaria nas aulas sobre Literatura em países africanos de língua portuguesa: “mudar o imaginário é fazer revoluções”. Tem aí uma verdade profunda eu mudei meus imaginários e vi outros colegas de turma também mudarem os seus, vi pequenas e significantes revoluções acontecerem nas aulas, nos bares depois das aulas e na reprodução desses conhecimentos.

Vocês foram a ponte!

Que a gratidão que eu sinto possa ser percebida essas linhas!

Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que necessitamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos.

Angela Yvonne Davis

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz Omar. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

RIBEIRO, Djamila. *Vidas Negras Importam ou a Comoção é Seletiva?* Acesso em 22 abr. de 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/vidas-negras-importam-ou-a-comocao-e-seletiva>.

THOMAZ, Fernanda N. Citação retirada de uma fala da Professora Fernanda Thomaz em um encontro do Grupo Afrikas na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=KKWhDkulnMA>